



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (PSD)
Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (PSB)
Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)
Vereador Antônio Fábio Soares Carneiro – Fábio Carneiro (SDS)
Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (REPUBLICANOS)
Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PL)
Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)
Vereador Fábio Nóbrega Lopes (PL)
Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (MDB)
Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)
Vereador Ícaro Fernando de Oliveira Chaves (PODE)
Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS)
Vereadora Jailma Vasconcelos de Carvalho (PSB)
Vereador João Almeida de Carvalho Júnior (PDT)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)
Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho – João Corujinha (PP)
Vereador Luís Paulo de Araújo – Luís da Padaria (AGIR)
Vereador Marcos Bandeira Pequeno (AVANTE)
Vereador Marcos Vinícius Sales Nóbrega (PDT)
Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PP)
Vereador Raoni Barreto Mendes (DC)
Vereador Ricardo da Silva Almeida – Guguinha Moov Jampa (PSD)
Vereador Rômulo Lopes Dantas Coelho (MOBILIZA)
Vereador Valdir Trindade dos Santos (REPUBLICANOS)
Vereador Wamberto Ramos Ulysses de Carvalho (REPUBLICANOS)

Ausentes com justificativa: Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga Pet (PP),

Ausentes: Vereador Edmilson de Araújo Soares (PSB)

ABERTURA

Às 9h59, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária”. Na sequência, o Sr. vereador Raoni Mendes solicitou para fazer a leitura do texto bíblico, que foi concedido.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente determinou ao Primeiro-Secretário que procedesse a leitura da pauta de matérias do expediente disponibilizada no SAPL(**) e dos documentos do expediente em mesa (*****).

No início da leitura da pauta, Pela Ordem, o Sr. vereador Raoni Mendes solicitou a retirada de pauta de leitura do PL 687/2025, de sua autoria, tal como está. Posteriormente, apresentou a redação correta do projeto da seguinte forma: ALTERA A LEI Nº 13.848, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019, QUE RECONHECE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA O ESPORTE CLUBE CABO BRANCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 59ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e, em seguida, aprovada.

1.1 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.2 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Excepcionalmente aprovado o requerimento s/nº/2025, de autoria do vereador Valdir Dowsley – Dinho, que requer a inclusão dos débitos referentes às multas de trânsito que entraram para a dívida ativa no Refis 2025. Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.2.1 Discussão das indicações em destaque

Não houve.

1.2.2 Discussão dos requerimentos em destaque

Não houve.

1.3 Comentários

Realizados após a Ordem do Dia.

1.4 Demais comunicações

Não houve.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

2 ORDEM DO DIA (*)**

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Quero informar aos vereadores que irei pautar os projetos que estão além da Ordem, as solicitações da semana passada. E peço também aos vereadores que não se ausentem do plenário porque vai obstruir pauta e atrapalhar a sessão e as votações serão prejudicadas. Então, eu acho que isso é uma forma da gente atrapalhar o processo legislativo, então eu peço a atenção dos vereadores, inclusive aos assessores que, após os despachos, esvaziem o plenário, o plenário é pequeno, ainda não é suficiente para a gente, a acústica daqui é muito ruim também, então atrapalha a sessão. Já vi que deu uma melhorada, inclusive, aqui nos microfones, o áudio está melhor, mas em breve, se Deus permitir, a gente estará no plenário novo e com espaço suficiente para todos. Mas com essa compreensão dos assessores, que após as filmagens, após os despachos de assessoria, que possam desocupar o plenário para a gente seguir com as votações. Também registrando a presença do vereador Milanez Neto e dando como lidos seus requerimentos”.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Bosquinho solicitou a inclusão do PL 209/2025 na pauta de votação.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Odon Bezerra solicitou a inclusão do PL 646/2025 e do PL 578/2025 na pauta de votação.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Inicialmente, dizer que a gente não tem acordo em votar essas duas matérias que estão sendo solicitadas extrapauta. É bom que a gente deixe isso muito claro para o plenário, para que a gente não comece a discussão aqui. Também uma solicitação a vossa excelência: fazem três sessões consecutivas que a gente não consegue falar na Casa e nós temos temas importantes. Nós temos uma criança de 12 anos de idade que foi estuprada dentro de uma escola da rede municipal de educação do município, nós temos uma pessoa que morreu numa corrida, a terceira pessoa que vem a óbito nas corridas realizadas na cidade de João Pessoa, e inclusive, eu falo isso com muita tristeza, onde o serviço de socorro teve uma demora muito grande. A gente precisa discutir o tema no plenário, a gente tem vários temas que precisam ser discutidos, que a cidade precisa debater nessa Casa, e já faz três sessões que nós estamos sem conseguir falar. Então, eu queria pedir apenas para que a gente cumprisse a pauta que está aqui, que é a pauta remanescente, para que, logo em seguida, a gente possa fazer o uso da tribuna, quem desejar, para discutir a cidade, o que o povo quer ouvir também nessa Casa”.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Certo. Mas os vereadores são cientes que, inclusive, fazem duas semanas que os vereadores se retiram do plenário, obstruindo a pauta. Então, por conta disso que as votações estão sendo seguidas. Semana que vem mesmo, essa semana e a próxima, nós vamos ter duas quintas-feiras que não vai haver votação. Essa semana que é feriado e a semana que vem, que é a última sessão do mês, vai ser Câmara no Bairro, se não me engano em Valentina. A Câmara, então, só terá esta terça e terça que vem para votar as matérias. Então, após as votações, eu sempre tenho flexibilizado de abrir Pequeno e Grande Expediente, mas eu dou prioridade nas pautas que eu não posso travar, inclusive votações. Eu sei que são temas importantíssimos, eu estive, inclusive, presente, vereador Milanez, eu vinha domingo no pedal, na bicicleta, parei e vi. Não defendendo, longe de mim, mas as ambulâncias, ambas tiveram que entrar na contramão porque estava congestionado. Mais de 7500 corredores. Vi a ambulância na contramão da João Maurício, na principal da praia. Atendeu, e nunca vi o SAMU fazer tanto esforço e, inclusive, uma ambulância também



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

particular, contratada pelos organizadores da prova, e o SAMU da motolância. Passaram mais de 50 minutos a uma hora tentando, sem sucesso, infelizmente. Usaram o desfibrilador quatro vezes, que só são três, e, infelizmente, foi uma fatalidade. Mas precisa se discutir sim, até porque tem que haver a segurança, mas fui testemunha, inclusive coloco aqui porque vi, parei a bicicleta, fiquei ali pedindo a Deus, a Jesus, mas, infelizmente aconteceu a fatalidade. 48 anos de idade, atleta, sentiu uma dor abdominal, infelizmente, um empresário dono de ótica aqui. Eu não tinha uma relação, mas era muito amigo de Rodrigo Farias, à noite estava com eles, Rodrigo correu na mesma corrida, e infelizmente foi uma fatalidade. Mas vamos discutir sim esse sistema, não só esse que o vereador Milanez trouxe, mas essa questão também do estupro, também precisa ser investigada. E aí também já saio em defesa pessoal da secretária América, porque sei do trabalho dela, e aí a gente tem que discutir temas sim importantes nesta Casa. Agora eu só peço aos vereadores, que se forem votar contra, votem contra, mas obstruir pautas, se ausentar e ficar sem votação, eu sei que é legítimo, mas pode expressar aí, é uma manobra que se faz para retirar, mas se o vereador não concordar, vote contra. Mas prejudicar as votações aí vai, infelizmente, aqui a gente vai passar até o final do ano colocando matéria todo dia até terminar as sessões. Eu vou estender as sessões para que tenha Pequeno Expediente e aí quem ficar aqui até o final da sessão vai ter que fazer o seu trabalho. Eu acho que é justo também que a gente também não obstrua a pauta porque a gente precisa votar as matérias”.

Pela ordem, o Sr. vereador João Almeida disse: “Eu quero fazer uma solicitação ao líder da oposição, vereador Milanez, e eu vim aqui, vereador Odon, com essa preocupação hoje, que é uma preocupação extra política. Eu entendo muito as ponderações do vereador Milanez. Aqui é uma casa política, em que deve se debater todos os temas. A obstrução de pautas, isso é uma convivência do Parlamento. Mas eu quero uma atenção com uma situação específica. Eu faço um apelo que essa discussão seja retirada desse plenário, pelo menos por enquanto. A gente está diante de uma situação periclitante dessa situação da escola. É delicada. Foi citado aqui o termo estupro e de forma atravessada, antecipada está se falando sobre isso. Não há laudo, não há registro, não há levantamentos ainda comprobatórios. A gente está tratando de criança e adolescente, onde tem todo um ordenamento jurídico que defende, seja o ECA, a Lei de Proteção de Dados, e para que esta Casa não se insira, ela sim, na infração penal, eu apelo para que, pelo menos nesse momento, cabe ao Ministério Público, cabe à Polícia Civil acompanhar, e é um caso hoje que está sendo tratado em sigilo. As imagens não vão ser encaminhadas a esta Casa, não vão ser encaminhadas à imprensa; esse discurso está fazendo mal às famílias envolvidas, a própria criança já está sofrendo transtornos por conta dessas discussões políticas. E fazer politicagem com um assunto tão importante como esse, eu acho que é, no mínimo, uma irresponsabilidade. Portanto, estou aqui vigilante para que, se for o caso, aí sim, enquadrar, infelizmente, colegas desta Casa por crime de infração penal por tratar assunto que hoje, Presidente, se encontra em segredo de levantamento de dados ainda, nada comprovado. Eu espero que tenha essa ponderação por parte do líder. Obviamente, no momento cabível, depois que tudo for levantado, a discussão pode tomar conta do mundo”.

A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Já que o tema foi colocado dessa forma, eu quero dizer o seguinte: quero usar o Pequeno Expediente porque tenho direito e minha voz não será silenciada nessa Casa. Com todo respeito, o que vai ser debatido aqui não é a situação, não vai ser o ato em si, mas a fala desrespeitosa da secretária. Não é posicionamento para uma secretária de Educação dizer que recebe com muita tranquilidade um caso de abuso sexual, que tem o possível indício de ser na escola. Então, por favor, isto aqui não é um debate político, isto aqui é um debate sério, e as famílias merecem



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

o respeito, porque podem tentar silenciar uma mãe e desacreditar o testemunho de uma criança, mas uma parlamentar nesta Casa aqui, não calará”.

O Presidente colocou que “questão de ordem é para esclarecimento regimental” e disse: “Vamos deixar esse debate para o momento do Pequeno e Grande Expediente”.

O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Só para fazer um adendo na fala de V. Ex.^a para fazer um registro que a opinião pública acompanha. A oposição todos os dias está do início até o final de todas as sessões nessa Casa. Vereador Marcos Henriques, a vereadora Jailma, o vereador Fábio Carneiro, o vereador Milanez, do início ao final. Então nós não somos responsáveis por falta de votação nenhuma. Nós podemos fazer a obstrução quando necessário se faz, mas nós não tiramos quórum pra deixar de ter votação nessa Casa”.

O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Eu espero que com essa sua fala todos fiquem presentes no plenário no dia de hoje. Aí é questão política de vocês. Eu estou aqui pra cumprir com meu papel de colocar matérias em discussão para votações. Esses projetos que estão aqui, inclusive a solicitação do vereador Odon. Peço que a gente siga a ordem, inclusive há uma solicitação do vereador Odon, é regimental, mas desde a semana passada que ele coloca o pedido e cabe aos pares discutirem. Eu peço ao vereador Marcos Henriques para fazer a leitura do PL 646/25 e PL 578/25. O vereador Bosquinho está pedindo um projeto que está desde abril. Não vou inverter a pauta, vereador Milanez, desde a semana passada esse projeto está em pauta. Vai ter comissão, se vai ter quórum eu não sei. Na semana passada houve obstrução porque não houve quórum da comissão. Pergunto ao presidente da CFO se tem quórum para votar essas matérias. Não vai parar, vai votar apenas duas matérias e depois segue a pauta. O regimento é claro, há uma solicitação do vereador Odon, vai ter que ser votada de novo? Desde a semana passada que esse projeto está aqui em pauta. Não vou dar lugar a ninguém, vereador Raoni, porque aqui eu vou determinar a ordem da votação e o plenário vai resolver. Eu estou agindo aqui para seguir o regimento. Eu não vou aqui ser pautado. Agora há uma solicitação regimental, desde a semana passada, do vereador Odon Bezerra. Não estou inventando roda. O vereador Odon solicita o PL 646/25 e 578/25 para inversão de pauta, é regimental. Se os vereadores não vão votar é outra coisa. Agora é regimental. Desde a semana passada a gente discutiu. Vamos começar tranquila a votação”.

Pela ordem, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Vereador Milanez, com toda a admiração, o respeito e o carinho que lhe tenho, mas veja só, Vossa Excelência reclama que não está indo a Tribuna falar. Só nesse embrolho criado por Vossa Excelência perdemos mais de meia hora. Então, vamos otimizar, não há porque se polemizar algo que já vem se discutindo. Inclusive, eu conversei com Vossa Excelência para que a gente colocasse esse projeto 646. A assessoria me informa que existe outro projeto, o 578, esse eu não tinha conversado com Vossa Excelência, mas que é de interesse também da Casa. Então, tão somente isso. Veja o tempo que perdemos, o tempo de Tribuna que Vossa Excelência perdeu. Então vamos otimizar. Vamos entrar num consenso”.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Presidente, vamos aqui otimizar para a gente falar 100% a verdade. Nós temos uma pauta publicada pela Casa. Essa pauta não é publicada por mim. Nessa pauta não está incluso o projeto que o vereador Odon solicita, porque o projeto não passou ainda pelas comissões. E o projeto não tem prioridade de passar acima de todos, porque a Prefeitura não é maior do que essa Casa. O que eu estou pedindo para votar é o projeto dos



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vereadores, que tá remanescendo de três ou quatro sessões, que todas as vezes que vota do governo se esvazia o plenário, e o plenário não é esvaziado pela oposição. Não somos nós da oposição que saímos do plenário, não. Nós ficamos aqui para votar matéria de todos, mas todas as vezes se esvazia depois de votar as matérias do governo, e as matérias que estão pedindo para entrar em pauta, nenhuma delas, passou ainda pelas comissões, como é obrigação passar”.

O Presidente colocou em votação a inclusão dos projetos 646 e 578, solicitados pelo líder da situação Odon Bezerra, na pauta de votação do dia.

O Sr. vereador Fernando Milanez Neto solicitou leitura da ementa dos projetos extrapauta.

O Sr. vereador Odon Bezerra colocou que o vereador Milanez “entrou em choque de opinião grande hoje. Vossa excelência falou que tem de votar as matérias dos vereadores, que os vereadores se retiram do plenário. Quem tem mais interesse? O interesse é de cada um ficar em plenário. Por que não alterar essa ordem? A ordem dos fatores não altera o produto”.

O Sr. 1º Secretário fez leitura da ementa dos projetos 646/2025 e 578/2025. O líder da oposição, vereador Fernando Milanez Neto, encaminhou pela não aprovação da inclusão dos projetos. O líder da situação, vereador Odon Bezerra, encaminhou pela aprovação da inclusão dos projetos. A maioria dos vereadores presentes votou pela inclusão das matérias extrapauta.

Novamente com a palavra, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Presidente, a bancada já quer ir embora, já está nervosa porque não quer votar, não quer ficar para votar. Eu quero, saber qual é a ementa do que Vossa Excelência está colocando para votar, porque pelo número a gente não consegue saber, a gente precisa esclarecer aos colegas o que é que a gente vai votar agora na manhã”.

O Presidente disse: “O 578, vou discutir este projeto. Amortiza o pagamento do empréstimo que a gente fez para a construção da CMJP, então, quando sai em defesa da Casa, eu mesmo tenho que explicar”.

ABERTURA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, OBRAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CFOOAP

PLO 646/2025

Assunto: ALTERA A LEI Nº 15.481, DE 19 DE MARÇO DE 2025, PARA AUTORIZAR A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES DE FINANCIAMENTO PACTUADO COM O BANCO DE BRASÍLIA — BRB TAMBÉM À EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, BEM COMO PARA MODIFICAR AS FORMAS E OS TIPOS DE GARANTIAS EXIGIDAS NA REFERIDA OPERAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, passou a relatoria da matéria ao Sr. vereador Mikika Leitão, que emitiu parecer favorável. O Sr. vereador Marcos Henriques disse tratar-se de matéria controversa, em que se teriam sido feitas algumas mudanças, por isso pediu vista ao projeto. O Sr. Presidente colocou o pedido de vista em votação, que foi negado pelos membros. Após isso, o projeto foi colocado em votação.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação (**):** favoráveis: 7 (Tarcísio Jardim, Fábio Lopes, João Almeida, Marcos Bandeira, Marcos Henriques, Mikika Leitão, Raoni Mendes); contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 0.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 578/2025

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EM DIVERSOS ÓRGÃOS DA PMJP ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA OU DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 66,7 MI)

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, passou a relatoria da matéria ao Sr. vereador Raoni Mendes, que emitiu parecer favorável. Houve consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 7 (Tarcísio Jardim, Fábio Lopes, João Almeida, Marcos Bandeira, Marcos Henriques, Mikika Leitão, Raoni Mendes); contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 0.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: PLO 646/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: ALTERA A LEI Nº 15.481, DE 19 DE MARÇO DE 2025, PARA AUTORIZAR A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES DE FINANCIAMENTO PACTUADO COM O BANCO DE BRASÍLIA — BRB TAMBÉM À EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, BEM COMO PARA MODIFICAR AS FORMAS E OS TIPOS DE GARANTIAS EXIGIDAS NA REFERIDA OPERAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Vamos alertar a Casa para que a gente não vote amanhã, a gente esteja votando o que a gente não conhece. Essa matéria é o primeiro empréstimo que está voltando à Casa pela terceira vez consecutiva, para alterar a sua finalidade. E aí, dessa vez, ela altera a finalidade, colocando o asfalto também dentro do processo dos 100 milhões de reais que era para paralelo. Asfalto esse que precisa ser melhor analisado pela cidade e por esta Casa. A cidade está se endividando de uma forma, que eu não sei como os futuros prefeitos que virão conseguirão dar conta do volume de empréstimos adquiridos nos últimos tempos. E aí fica aqui o alerta: o porquê alterar esse projeto pela terceira vez? A terceira vez que a gente tenta alterar essa matéria e numa rapidez, uma sofreguidão para se alterar esse projeto, que é algo que chama a atenção do parlamento e, com toda certeza, também chamará atenção dos órgãos de fiscalização, porque mandatos que a oposição representa nessa Casa irão levar aos órgãos, para que seja melhor acompanhado, analisado e fiscalizado”. O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “O mais grave não são apenas as informações trazidas pelo líder da oposição, mas eu quero levar ao conhecimento de todos que, nesse momento agora, nesse momento que nós estamos votando o empréstimo BRB, a Polícia Federal está na sede do



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

banco lá em Brasília. Já teve prisões por títulos fraudulentos que o banco comprou sem lastro e identificado pelo Banco Central, e eu quero alertar essa Casa que, no mínimo, nós estamos cometendo aqui algo que me deixa muito preocupado, que é justamente, no momento que está ocorrendo uma operação da Polícia Federal de títulos fraudulentos em que o banco BRB comprou esses títulos e vai dar grade para todo mundo, já está tendo grade para todo mundo, estamos aqui aprovando um projeto justamente de remanejamento, de readequação de um empréstimo de 100 milhões de reais, o que se soma a mais de 1 bilhão”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Nós temos que olhar o que diz a mensagem. Veja a transparência, quem pede a alteração. Eu vou ler para Vossa Excelência: *‘A presente alteração visa atender às orientações constantes no Ofício de número tal, emanado pela Secretaria do Tesouro Nacional’*. Está aqui. Ele não ia fraudar. Aqui tem o ofício, tem tudo. Onde o próprio Ministério modifica a sistemática e pede alteração, tão somente isso. E outra, a verba vem carimbada. Ela é única e exclusivamente para asfalto no município de João Pessoa, que tem que ser empregada. Então, clareza mais do que isso, não. Então, ela vai se adequar a uma lei, a Lei 15.481/2025, outra adequação, e aquilo que nós já tínhamos votado. Mais transparente do que isso, impossível. Com relação à informação do vereador Fábio, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Não tem nada a ver a história do BRB com a transação com outro banco, com o empréstimo que está sendo consignado. O governador Ibaneis Rocha, inclusive, já está tomando providências nesse sentido e dando transparência a toda a ação da Polícia Federal. Então, eu voto com muita tranquilidade e oriento também, já, a bancada pela aprovação da matéria”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Vereador Odon, eu gostaria de acalmar a oposição, não vou citar nomes para a gente não passar a manhã aqui discutindo. Mas o limite fixado na contratação de operações de crédito, segundo o limite fixado pelo Senado Federal é de 16%. O município de João Pessoa, conforme evidenciado no anexo 4 do relatório da gestão fiscal do terceiro quadrimestre de 2024, possui 7,20% ainda para comprometimento, atendendo as normas fiscais vigentes. Lembrando que João Pessoa possui hoje a capacidade de pagamento B+. B+, métrica que une a qualidade de informações contábeis fiscais, e João Pessoa possui a segunda melhor nota das capitais, sendo premiada pelo Tesouro Nacional a capacidade de pagamento demonstrado na capacidade de honrar os compromissos. Então, sobre isso aí a oposição fique tranquila que as finanças da Prefeitura de João Pessoa estão tranquilas e sem nenhuma dificuldade”. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Diante dessas colocações que traz o vereador Fábio Carneiro, eu solicito que retire de pauta esse projeto para que a gente possa analisar e esperar os desdobramentos para poder aprovar algo diante de um cenário que já traz bastante inquietude para a nossa cidade”. O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “Senhor Presidente, me admira nós lermos diariamente solicitações de tapa-buraco, de pedido de asfaltamento, de pedido de calçamento, de todos os vereadores desta Casa. Esse empréstimo já foi votado por três vezes nesta Casa, e nós estamos agora adequando a necessidade do Tesouro Nacional para dar continuidade aos pedidos dos requerimentos dos vereadores para beneficiar o povo de João Pessoa e nós vamos continuar numa discussão política? Isso é um benefício a população, minha gente, de calçamento, de calçadas acessíveis, de asfaltamento. Ou não é necessário? Infelizmente eu começo a enxergar a eleição antecipada, sendo discutida no projeto que beneficia o povo. Aí tem gente que abre a boca para dizer *eu defendo o povo...*”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Pessoal, eu acho que a gente não precisa ficar nervoso, tenha calma, a gente está fazendo uma discussão bastante coerente, nós temos a prerrogativa de poder analisar os processos e contestar. E eu fico muito triste quando todo tipo de contestação, todo tipo de debate quer se atribuir a uma questão política, porque não é gente. Todo mundo aqui faz política, agora, a gente não pode dizer que é uma politicagem sem a gente analisar todos os fatos e ter uma posição. Eu acho que o que o vereador Fábio Carneiro colocou é muito prudente. Foram 50 bilhões que desapareceram do Banco Master, 50 bilhões, certo? E tem aí o BRB como seu avalista. Então, é algo que não é tão simples



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

assim. Queria apenas dizer que todas as discussões que a gente traz para cá são discussões para cidade de João Pessoa. A política, ela vem aí, e para se promover politicamente, sobre qualquer debate, o que nós da oposição fazemos é estar nos bairros, conversando com as pessoas, lutando por uma João Pessoa melhor”. O Sr. vereador Dinho disse: “Há um pedido de adiamento de discussão e da votação deste projeto. Pergunto aos vereadores: quem é favorável ao pedido da vereadora Jailma? Derrubado o pedido da vereadora Jailma”. O Sr. vereador Fernando Milanez disse: “Presidente, eu preciso falar agora para a cidade. A cidade precisa nos ouvir. Está querendo se colocar para votar agora um empréstimo, pela terceira vez, em que o banco está sendo, neste instante, alvo de operação da Polícia Federal. E há quem diga ainda que é politicagem. 50 bilhões de reais em um único banco. Ah, mas é a politicagem, porque querem tapar os buracos da cidade. Pelo amor de Deus! Será que a opinião pública acredita nesse tipo de falácia? Será que a gente está agindo com responsabilidade neste momento? A oposição vota contrário a essa matéria. Essa matéria não pode ser votada agora, inclusive, em respeito à investigação que a Polícia Federal faz neste instante, lá em Brasília”. O Sr. vereador João Almeida disse: “Presidente, assim como o vereador Milanez, e com muita calma, vereador Marcos, eu quero que a cidade nos ouça. E entendendo as operações da Polícia Federal e etc., etc., mas com muita calma, dizer ao vereador Milanez, estranho e temeroso seria se fosse o contrário, a Prefeitura emprestando 100 milhões a uma entidade que supostamente esteja sendo investigada, mas é exatamente o inverso. Nós estamos para receber 100 milhões, para você que está em casa, como o vereador Raoni muito bem disse, ter seu asfalto, ter os requerimentos dos vereadores atendidos, e aqui, de forma muito simples, e aí o senhor afirma que já recebeu, que é pior ainda, nós estamos adequando de maneira formal um pedido do Tesouro Nacional. Há uma controvérsia de falas, e eu continuo dizendo, com muita tranquilidade, para que não saia prejudicado, você que está em casa, que quer ver a cidade urbanizada e asfaltada, eu encaminho nossa bancada para aprovar o projeto”. O Sr. vereador Odon Bezerra encaminhou bancada a votar pela aprovação da matéria.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 05 (Fernando Milanez Neto, Fábio Carneiro, Fábio Lopes, Jailma Carvalho e Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 04.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Eu vou repetir: a bancada de oposição votou contrário e porque essa empresa, BRB, neste instante, telespectador da TV Câmara, saiba que está sendo alvo de uma operação da Polícia Federal neste momento. Instituição essa, vereador João Almeida, que Vossa Excelência faz parte também, e que eu tenho a Polícia Federal como uma das instituições mais sérias do nosso país e, em respeito a ela, em respeito ao que está acontecendo agora em Brasília, a oposição não podia colocar a digital nessa votação que, por sinal, agora eu compreendo a pressa de votar essa matéria durante a última semana”.

ITEM 02: PLO 578/2025

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EM DIVERSOS ÓRGÃOS DA PMJP ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA OU DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 66,7 MI)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e oral da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Discussão: A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Eu queria fazer uma sugestão a bancada de oposição. Esse projeto está na Casa desde outubro. Então que vocês façam uma reunião e vejam todos os projetos de indicação do prefeito. Eu fazia assim quando eu estava na oposição a Ricardo Coutinho. Eu estudava cada ponto, deles terem que se reunir para poderem me confrontar. Então, para a gente não perder esse tempo aqui, já que vocês têm tanto interesse nos projetos que vem do Executivo, façam estudos, se reúnam, leva bolinho, uma pizza, uma pipoca e começa a estudar devagarinho, façam reuniões, porque aí fica melhor. Porque não dá para estudar projetos que chegaram a uma semana, duas semanas. É fácil, só é colocar lá no SAPL: projetos do Executivo. Como eu faço aqui com Marcos Henriques. Aqui, na Câmara, eu localizo todos os requerimentos e projetos de Marcos Henriques, de pessoas que eu não tenho compatibilidade com as ideologias, aí fica fácil. Localiza, estuda tudo e a gente não fica perdendo tempo aqui. Muito obrigada”. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Eu quero agradecer à vereadora Eliza por estar ensinando. Eu estou chegando à Casa agora, é meu primeiro ano, eu fico muito feliz com as dicas. Tenha certeza que vou ficar mais vigilante, até porque aqui é o nosso papel, mas quero dizer à senhora: acredito que o plenário seja o espaço para que a gente também possa debater esses projetos com tranquilidade e com serenidade. Mas agradeço a dica. Vamos entrar no processo de fiscalização, Marcos, aqui eu gosto demais quando são compartilhadas as dicas, porque a gente vai aperfeiçoando e vai também aprendendo com quem é mais sábio sobre como funcionam as tratativas na Casa. Gratidão, vereadora Eliza”. O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “Sr. Presidente, aqui está mais uma prova do que eu venho denunciando nas últimas semanas. A Prefeitura está com um caos financeiro. Quando eu disse, e viralizou, que a Prefeitura está quebrada, é porque realmente está. Aqui hoje nós estamos fazendo mais remanejamentos e tirando recursos de lugares fundamentais, inimagináveis em outras épocas no nosso município. Eu quero inclusive dizer que eu lamento bastante essa situação como filho de João Pessoa, mas o que o prefeito Cícero Lucena está fazendo com as finanças da cidade de João Pessoa é nota zero, e eu estou entendendo, por aí, que ele quer levar essa nota zero inclusive para os 223 municípios. Eu estou achando que ele teria que voltar à alfabetização e aprender um pouquinho de gestão pública”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, o que eu queria deixar registrado aqui é a falta de planejamento, porque vários pontos que estão sendo subtraídos são de movimentos como, por exemplo, a Coordenadoria LGBT. Uma coordenadoria que, quando você solicita alguma coisa, é a maior dificuldade para liberar um recurso. Aí você chega aqui e subtrai cento e vinte mil reais (R\$ 120 mil), subtrai da questão do ajuste que tem que fazer todo mês para a questão dos aposentados do IPM, então isso é uma total falta de planejamento. Eu creio que, a partir de 2026, eu espero que a Prefeitura possa mandar, inclusive, a LOA, que chegou e a gente vai votar na semana que vem, ela precisa estar sendo corrigida de todos esses problemas que estão ocorrendo durante todo o ano”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Presidente, deixa eu primeiro agradecer a ajuda e a colaboração que a vereadora Eliza nos dá, já convidando que ela venha fazer, de forma oficial, nas oposições. Ela, no dia que estiver conosco, chegará e todos nós estaremos de braços abertos para recebê-la. Mas, vereadora Eliza, as matérias, eu preciso me preocupar quando elas passam nas comissões, e essa não passou ainda. Foi feita uma reunião aqui, aberta agora há pouco, da Comissão de Finanças e Orçamento, para votar a matéria. Se essa matéria era tão urgente, era o governo que deveria ter organizado para passar nas reuniões ordinárias da Comissão de Finanças e Orçamento. Eu me recordo muito de um colega vereador que, há 5 anos atrás, quando foi votar o primeiro remanejamento, alegava que esse remanejamento estaria sendo votado porque o orçamento não tinha sido feito pelo governo que acabara de assumir. Cinco anos depois, em dois remanejamentos, nós estamos votando 135 milhões, 66 para a folha da saúde e 67 para tirar de assistência, tirar de movimentos importantes da cidade. E aí, cinco anos depois, o culpado não foi mais o governo anterior, porque esse orçamento já foi feito 5 vezes



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

consecutivas pelo atual governo. Por essas razões, por esse tipo de pensamento, é que a gente está aqui fazendo essa discussão”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Vereador Milanez, eu sei do seu zelo, sei da sua competência, sei da sua vigilância. Todavia, Vossa Excelência faz parte da CCJ, e esse processo tramitou na CCJ. Então, Vossa Excelência não pode dizer que não tinha conhecimento do projeto. Então, resta bem claro aqui, aprovado a unanimidade na CCJ – não sei se com o voto de Vossa Excelência, mas é membro, então, tinha conhecimento da pauta que tramitou na CCJ. Apenas isso”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Vereadores, só para fazer aqui um lapso de tempo, agora que Raoni falou, de poucos minutos: a gente aprovou praticamente 100 milhões para um único item que é asfalto e está retirando milhões de diversos itens. Então, na verdade, qual planejamento é esse, que a gente investe tão pesado? É importante ter asfalto, calçamento, mas a gente está investindo em um único item tudo, e tirando milhões de vários itens essenciais, como a gente viu aqui. Muito temeroso esses remanejamentos que estão sendo feitos, de repente, com um planejamento onde está colocando toda a força e todo o recurso de uma cidade em um único item”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Senhor Presidente, eu uso as palavras do vereador Odon, as minhas. Primeiro o vereador Durval foi Presidente desta Casa, vereador Corujinha. Eu tenho a bancada de oposição como uma bancada qualificada, inteligente, vereadores com vários mandatos aqui nesta Casa, vereador com assento na CCJ. Mensagem do Executivo, ao chegar na Casa é lida, é dado transparência e é colocada no sistema da Câmara, no Sapl. Se a assessoria dos vereadores não acompanha, e se os senhores vereadores não acompanham, vereador Milanez, é lamentável. Uma hora dessas a gente vai discutir, logo que foi lido, que foi dado publicidade, e que infelizmente a bancada de oposição não tem o zelo de acompanhar lá atrás, bem colocou a vereadora Eliza Virgínia”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Eu não ia discutir e deixei todo mundo discutir, até porque não cabe, mas quebrando aqui o protocolo... Vereador Corujinha, vereador Durval Ferreira, vereador Marcos Vinícius, meus professores, todos sabem que a Câmara não tem personalidade da jurídica, então o empréstimo que esta obra que a gente está fazendo é com o aval da Prefeitura. Ao final do ano se faz um encontro de contas, e aí, ou eu devolvo, ou a Prefeitura faz o repasse para a Câmara Municipal. Dentro da rubrica, amortização da dívida pública, estão as parcelas do financiamento desta obra, então a obra está para ser entregue. Se Deus permitir ainda este ano o plenário já vai estar pronto para no retorno do Legislativo a gente já estar no prédio novo. Como está sendo licitado, inclusive pela Prefeitura, os móveis que o prefeito Cícero que está dando. Esse financiamento é da obra, equipamentos eu já comprei mais de três milhões e meio do recurso próprio da Câmara, mas a gente não tem dinheiro para financiamento dos móveis, que não tem nada a ver com esse empréstimo. Mas na amortização da dívida pública estão as parcelas do financiamento do BRB. Então só para deixar claro, porque não vem o nome Câmara Municipal, porque está dentro dos 32 milhões da amortização da dívida pública. Então só para esclarecer. O competente Rodrigo, contador, que está emprestado a Prefeitura, ele que é funcionário efetivo desta Casa, está nos comunicando a rubrica da amortização que está incluso a amortização da dívida das prestações”. O Sr. vereador Carlão pelo Bem disse: “Presidente, a maneira como esta Câmara Municipal trata a Prefeitura de João Pessoa, acho que esse gesto é importante. A gente só precisa entender que esse dinheiro não é dado pelo prefeito Cícero, esse dinheiro vem de contribuintes que pagaram impostos caríssimos, altíssimos, inclusive com aumento de IPTU, uma alavancada de arrecadação gigantesca, tudo isso do suor do trabalhador de João Pessoa. Mas a tristeza que a gente vê aqui nesse remanejamento é quando a gente retira do Fundo Municipal do Idoso mais de um milhão e duzentos mil reais. A cidade de João Pessoa de 2022 para 2023 aumentou em quase sete por cento a população idosa. A Asplan, a Amém, Vila Vicentina, vem se buscando cada vez mais espaços nesses locais para acolher os nossos idosos. E quando a gente tira do Fundo Municipal do Idoso a gente está desassistindo uma população que vem crescendo na cidade de João Pessoa. O remanejamento é um



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

instrumento constitucional, então não tem o que discutir no âmbito da CCJ, eu votei favorável na CCJ, agora discutir a diminuição da Política do Idoso é deixar de pensar na população mais velha da cidade de João Pessoa. E é por isso que a oposição hoje, e os vereadores dessa Casa não deveriam acompanhar na totalidade esse remanejamento”. Em questão de ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Eu só queria perguntar a Vossa Excelência, eu tenho muito cuidado e zelo com a nossa Casa, e eu queria saber, dos trinta e dois milhões, que eu me recorde, o empréstimo total nosso era de vinte milhões, e se não me falha a memória, o prazo de pagamento era de 20 anos (corrigido pelo presidente que era o prazo de 96 parcelas). Pronto, algo em torno de oito anos, não sou tão bom em matemática. Mas eu queria saber de Vossa Excelência qual é o valor da amortização dos R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) que caberia à Câmara Municipal, só para que a gente possa compreender o que é que a Câmara está envolvida nos R\$32.000.000,00 milhões (trinta e dois milhões de reais), para que a gente não coloque o nome da Câmara num remanejamento tão vultuoso como R\$66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais)”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho disse: “A amortização das parcelas não sei o valor, não tenho aqui essa informação. Mas, com certeza, pegarei e enviarei aos vereadores”. Em questão de ordem, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “A fala do vereador Milanez se sustenta por um princípio forte que ainda sobrevive essa República esfacelada que a gente vive. Então, eu sugiro, Presidente, que a gente possa deixar essa votação, e já discutida, deixar essa votação um pouco mais à frente, até que a gente tenha a informação de quanto está vindo para cá para João Pessoa e por que é isso Presidente? Porque o valor é vultuoso, R\$66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais), e para a Câmara, para amortizar parcelas, quanto será? Então, é só para que a população compreenda. Então, não vai ter prejuízo a gente votar daqui uns instantes, não vai ter mais discussão da matéria, a gente não discutiria mais a matéria, votaria mais à frente após a informação dada de quanto vai ficar realmente para a Câmara Municipal de João Pessoa”. O Sr. vereador Odon Bezerra encaminhou bancada a votar pela aprovação do projeto. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Quero saber se o pedido do vereador Carlão será atendido, pois é uma informação valorosa”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho disse: “Não cabe. Suspende a votação de um projeto. Não tenho essa informação aqui. Rodrigo, funcionário efetivo da Casa, que está emprestado à Prefeitura, me falou que o empréstimo do BRB, dos pagamentos, está para amortização. Eu não sei. Aí cabe ao governo dizer quanto é que vai ser aí o valor. Vereador Carlão quer agora inventar uma roda aqui, e eu não vou. Eu até considero o pedido de Vossa Excelência, mas não cabe a nós, estamos numa votação e ainda no segundo projeto às 11h30 da manhã. É bom que não vai ter Pequeno e Grande Expediente, que os vereadores pediram, mas, infelizmente, a gente não vai ter condição porque estamos na segunda matéria. Mas não tem problema não, eu tenho a paciência de Jó”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto além de solicitar antecipadamente declaração de voto e prorrogação da sessão, encaminhou sua bancada a votar pela derrubada do projeto por não ter as respostas solicitadas.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 06; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto:

O Sr. vereador Milanez Neto, após reafirmar seu pedido de prorrogação da sessão, disse: “Presidente, a oposição votou contra a matéria e eu vou repetir, vereador Carlão, vereadora Jailma, Fábio Carneiro e Fábio Lopes, vereador Marcos, pela informação que não foi trazida, mas fica aqui uma preocupação nossa: eu tinha tanta certeza que não viria mais remanejamento quando o atual prefeito fosse encaminhar o Orçamento à Casa, e em dois remanejamentos a gente já está falando do montante de cento e trinta e cinco milhões de reais (R\$ 135 MI). Eu espero que não tenha mais a chegar nos



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

próximos dias, até porque, se chegar mais, é algo que vai ser inédito nessa Casa. Vai ganhar do prefeito Luciano”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Tem um da Câmara de quatrocentos mil (R\$ 400 mil). Estou avisando logo, para a transparência antecipada”. O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “Somando-se a esse remanejamento de hoje, nós já ultrapassamos mais de trezentos milhões (R\$ 300 MI) de remanejamento. Como eu era um bom aluno de matemática, eu comecei a calcular. Hoje, eu fui surpreendido com mais sessenta e seis (66). Esse número, que é um número muito enigmático, meia, meia, vereador Carlão, traz para nossa cidade algo que só confirma o caos financeiro que nós iremos concluir o ano de 2025, porque a Prefeitura de João Pessoa só pensa em eleição, ela não pensa em gestão, ela não pensa em entregar absolutamente mais nada, e aprova, mais uma vez. E o ano que vem, se prepare, porque o caos vai aumentar”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente só ratificando que a minha posição e a minha votação não se devem ao encaminhamento da bancada de oposição do vereador Milanez. Ela se deve ao mandato independente que eu tenho para a cidade de João Pessoa. E quando a gente enxerga remanejamentos de mais de cem milhões (R\$ 100 MI), de sessenta e seis milhões de reais (R\$ 66 MI), o debate é necessário e importante para que a cidade de João Pessoa saiba que existem vereadores aqui lutando para que a transparência e números apresentados dos gastos públicos sejam vistos pela população. Apenas deixo esse registro para que doravante não seja cobrado daqueles que buscaram, cada vez mais, a apresentação das contas públicas a quem mais sofre e mais paga nessa cidade, que é o contribuinte, é o pessoense”.

O Presidente indagou ao vice-presidente da CCJ se havia quórum da Comissão para dar parecer ao projeto 209/2025. O Sr. vereador Marcos Vinícius comunicou que o projeto estava com a relatoria do Sr. vereador Durval Ferreira.

ABERTURA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PLO 209/2025

Autoria: Vereador João Bosco – Bosquinho

Assunto: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE APTIDÃO DE SAÚDE PARA PARTICIPAÇÃO EM CORRIDAS DE RUA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Apreciação no âmbito da CCJRLP

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Valdir Trindade declarou aberta a reunião, com a presença dos seguintes membros: vereador Odon Bezerra, vereador Milanez Neto, vereador Marcos Vinícius, vereador Carlão Pelo Bem e vereador Durval Ferreira. Em seguida, informou que já há parecer favorável do relator, Sr. Vereador Durval Ferreira. Houve consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 06; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Valdir Trindade, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação do Projeto:

ITEM 03: PLO 209/2025

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Discussão: O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Eu quero dizer ao vereador Bosquinho que, no início, quando ele apresentou e foi lido esse projeto aqui, eu mesmo tinha uma posição contrária a ele, mas agora que eu vi tantas mortes acontecendo nas corridas, sou totalmente favorável ao seu projeto. Eu sei que é um pouco burocrático, mas a gente tem que pensar na vida. Parabéns ao vereador Bosquinho e dizer que pode contar com meu voto, que vou votar favorável”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “A grande imprensa não noticiou outra coisa a não ser as mortes que ocorreram por infarto, nos últimos dias, nas corridas de rua. Então, esse projeto do vereador Bosquinho é oportuno porque é para o benefício da própria população, porque, às vezes, você vai correr sem fazer um teste físico, sem fazer um teste de aptidão, e acontece o pior. Então, é uma prevenção esse projeto do vereador Bosquinho, e eu o parabeno por ele”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Eu acho um projeto excelente, só que todo mundo antes de correr já assina a sua declaração que está apto a correr. Antes da inscrição todo mundo vai ter que ir num médico para colocar que está apto a fazer, um atestado desse... Veja só, João Pessoa é a capital das corridas, eu acho o projeto importantíssimo, o vereador Bosquinho teve o cuidado aí e tudo, mas é válido discutir, né? Se bem que no projeto dele a declaração é válida por um ano, né vereador Bosquinho?”. O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “É um projeto importantíssimo para essa cidade e nós temos que levar em conta o aumento que ocorreu de maratonas na nossa cidade, a cidade de João Pessoa nos últimos anos tem recebido diversos e diversos eventos. Essas equipes de monitoramento de corridas, hoje, são centenas ali na nossa orla. Eu apresentei um projeto, está na comissão de Constituição e Justiça, justamente no sentido de dar mais segurança de estrutura para que as pessoas que praticam corridas na orla tenham uma estrutura melhor que é justamente uma proteção aos caminhantes e as pessoas que praticam a corrida esportiva, como está tendo hoje muitas maratonas. Então, parabenizar o vereador Bosquinho pela preocupação, está ocorrendo mais mortes também pelo número gigante de eventos, e a gente tem que ter esse cuidado com a saúde das pessoas. A gente tem que ter cuidado também em proteger as famílias das pessoas, que essa semana um jovem de 48 anos perdeu a vida. E acredito, agora, vereador Bosquinho, que esta Casa com um projeto desse, somado a outros, poderemos salvar vidas e isso é muito importante e isso é um dos nossos principais objetivos aqui como parlamentares da cidade de João Pessoa”. O Sr. vereador Luís da Padaria disse: “Parabenizar o vereador, e dizer que se falando em maratona a gente não via essa questão de maratona, João Pessoa era esquecida, e hoje a gente vê João Pessoa no topo das maratonas, todo mundo vem para participar dessas maratonas, quem ganha com isso é a população de João Pessoa. Veja a quantidade de pessoas que vem de outros estados para correr aqui e traz o turismo. Então, está de parabéns o prefeito, que foi o primeiro na história a trazer tantas maratonas para João Pessoa. Então, parabéns ao vereador Bosquinho também pelo projeto”. O Sr. vereador Wamberto Ulysses disse: “Também gostaria de parabenizar o vereador Bosquinho. Coincidentemente a minha assessoria jurídica deu essa sugestão e quando a gente pesquisou já estava lá no Sapl. Eu vejo isso como um cuidado e uma prevenção. Eu trouxe também um tema relacionado a outro esporte que é de bicicleta para que fosse definitivamente solucionado o problema dos radares eletrônicos na PB-008”. O Sr. Presidente disse: “Além de solicitar, já fizemos reuniões com a CPTran, o problema é o convênio que o DER tem que passar para Prefeitura. Porque aquela PB ali, até o final ali da Academia de Polícia é toda estadual. Então tem que ter esse convênio. E segue até a Praia do Sol. A quantidade de bicicletas que tem naqueles condomínios ali na Praia do Sol é maior do que o daqui da orla. Inclusive lá tem uma ciclovía. Então não se respeita mesmo, Wamberto. Os carros vão por cima. Tem lá uma faixa de ciclismo até 8h da manhã, mas os carros passam em alta velocidade. É um convênio, o Estado tem que passar para a Prefeitura. Infelizmente, Michel Henrique, inclusive, solicitou lá na Assembleia, eu também, mas infelizmente é a burocracia. Agora, quando houver uma fatalidade, outra, né, porque já houve algumas”. O Sr. vereador Durval Ferreira disse: “Eu quero



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

também parabenizar o vereador Bosquinho, pelo excelente projeto e pela agilidade dele, de correr e fazer um projeto desse tamanho, dessa envergadura. Então, parabéns, Bosquinho, e eu quero até lembrar que poderia ter sido acompanhado também para aqueles que correm na praia, que tem muita gente que corre na praia. Eu me lembro que, há alguns anos atrás, o presidente da Câmara Federal, o filho de Antônio Carlos Magalhães, ele era o presidente, e ele foi correr na praia, mais ou menos de onze horas, onze e meia, na hora da quentura mesmo, e ele teve um problema e faleceu. Então eu parabenizo Bosquinho pela habilidade de ter realmente trazido um projeto desse. Parabéns, Bosquinho”. O Sr. vereador João Almeida disse: “Eu quero parabenizar a iniciativa extremamente oportuna, Bosquinho tira de letra algumas intenções de fazer política, por exemplo, com essa fatalidade que houve na última corrida. Eu confesso à Vossa Excelência que no começo eu tive um certo receio, para que não fosse inviabilizar o volume de corridas, mas acho que a validade de 12 meses eu acho que é razoável. E cada atleta, obviamente, são pessoas que se cuidam, e é interessante, essas corridas, o município ter esse acesso comprobatório da responsabilidade de saúde de cada atleta. Portanto, parabenizo, é oportuna essa iniciativa e, se Deus quiser, poder evitar aí outras eventualidades como essa que aconteceu, infelizmente, com nosso colega semana passada”. O Sr. vereador Ícaro Chaves disse: “Parabenizar, vereador Bosquinho, pela sensibilidade desse projeto, inclusive registrar um requerimento da nossa autoria, que foi aprovado hoje, que foi o voto de pesar pelo falecimento do empresário, o senhor José da Silva Nogueira Neto, empresário que perdeu sua vida na meia-maratona nesse fim de semana aqui em João Pessoa, e justamente a gente reforçar a necessidade de discutir nessa Casa medidas que ampliem a segurança dos corredores de João Pessoa, não só para quem está competindo, mas quem pratica no dia a dia”. O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “Bosquinho, eu acho que, eu acho não, eu tenho certeza que você acerta. Não é um projeto que foi colocado agora, já vinha tramitando na Casa. O relator do Durval também acertou em aprovar na CCJ, todos da Comissão, e é um alerta necessário para evitar outros óbitos, principalmente no âmbito em que João Pessoa tem sido a capital das corridas no nosso Brasil. Nós teremos outra corrida agora, de Bel Marques, a Vumbora, e vamos ter tantas outras, até porque nós temos um prefeito que, além de incentivar, corre também, participa efetivamente, apoia efetivamente o desenvolvimento das corridas. Então vem casar a sua iniciativa e quero parabenizar porque tenho certeza que salvará muitas vidas esse seu projeto de lei. Muito obrigado”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Apenas parabenizar o vereador Bosquinho pelo projeto, eu já o acompanhava na CCJ, com todo interesse, e se vislumbrando a saúde do cidadão. Para você ter ideia, foram inscritos dez mil maratonistas, apenas mil e setecentos de João Pessoa. O resto todo do interior e de outros estados da Federação. Então, João Pessoa cresce e aí Bosquinho, com muita propriedade, apresenta um projeto dessa magnitude, zelando pela saúde do cidadão. Mas eu queria apenas esclarecer que eu acabava de receber uma ligação do vereador Marcílio do HBE, que está emprestado a Semob, dizendo e tranquilizando que o convênio com o governo do estado já foi celebrado e, em breve, só uma questão de tempo, para a ligação dos semáforos lá na PB 008. Então, apenas para esclarecimento à população dizendo que a Prefeitura e o Governo do Estado já tomaram essa providência. Obrigado”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 04.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – disse: “Querida agradecer aos vereadores pela sensibilidade. Dizer que a Câmara cumpre o seu papel. Esse projeto estava na Casa há sete meses, ele se encontrava na CCJ. Agradecer ao Presidente, vereador Dinho, pela celeridade e entender a nossa preocupação. Nós vamos estar dando ao Poder Executivo 60 dias para colocar em prática, que nós possamos também, os atletas, terem um prazo de um ano para utilizar esse atestado de aptidão física.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Nós sabemos o sem-número, hoje, na nossa cidade, de assessorias esportivas. Eu acredito e quero crer que uma pessoa que tem condições de pagar uma academia, uma assessoria de corrida, ela tem condições de comprar um tênis que, pasmem os senhores, chega até a dois mil e poucos reais, ela não vai se opor a fazer um exame que vai cuidar da sua vida. Nós temos campanha no nosso município do Outubro Rosa, nós temos campanha também para que possamos fazer o exame de próstata, e por que não uma campanha no nosso município para cuidar do coração e cuidar dos nossos atletas? Então, é esse o nosso desejo: evitar que possamos perder mais vítimas, mais pessoas e mais atletas. Viva João Pessoa, viva o esporte, uma maratona saudável. Cada vez mais, que nós possamos ter atletas conscientes e que façam, no mínimo, um exame pequeno que seja. Para qualquer atividade, quando você vai ingressar numa academia de ginástica, é solicitado a você um mínimo exame, e aqui o que nós estamos pedindo é para que as pessoas possam correr 10, 20, 30, 40 quilômetros, maratonas, que vai levar o corpo a um exercício físico extremo. Agradecer a todos os vereadores que aprovaram e concordaram com a nossa ideia”.

ITEM 04: PLO 259/2025

Autoria: Vereador Rômulo Dantas

Assunto: INSTITUI O PROGRAMA CONHECENDO MELHOR A CIDADE, VOLTADO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 04.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 05: PLO 324/2025

Autoria: Vereador Damásio Franca Neto

Assunto: DISPÕE SOBRE O INCENTIVO AO PLANTIO E MANUTENÇÃO DE ÁRVORES EM FRENTE AS RESIDÊNCIAS, MEDIANTE DESCONTOS NO IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, da Comissão de Políticas Públicas e da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “O vereador Damásio coloca um projeto importante para a cidade. A questão do plantio é algo que eu não poderia deixar de me pronunciar, uma vez que eu tenho uma identidade muito grande com o meio ambiente, com o movimento que faz o meio ambiente, e também a preocupação da nossa cidade, que já perdeu o seu título de cidade mais verde do mundo justamente por conta da derrubada de tantas árvores nesse último período. Então, parabéns ao vereador Damásio pelo projeto, e tem o meu voto”. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Parabenizar o vereador Damásio, reforçar a importância, inclusive, de ações que também são ações educativas, como a questão do plantio, que traz melhora ao nosso clima, ao nosso meio ambiente. Inclusive, lá no Florescer, a gente tem feito ações também de plantio de árvores. Então, vereador Damásio, parabéns pelo projeto para nossa cidade”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Eu tenho uma única preocupação desse projeto. Eu sou totalmente favorável, todavia, ele não tem estudo de impacto, e nós estamos reduzindo IPTU e ele pode padecer por esse vício. Então, eu peço ao



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Plenário, que o vereador não se encontra, o autor da propositura, para que retirasse e apresentasse um estudo de impacto, para que nós não soframos o veto. Apenas para salvar o projeto. Isso nós discutimos inclusive na CCJ, e firmamos inclusive uma súmula que todo o projeto que tem essa legalidade, já fizemos esse estudo junto ao STF, pode. Todavia tem que se juntar um estudo de impacto, e ele não vai, vereador Marcos. Então, a minha preocupação é que nós vamos votar, aprovar, mas a Prefeitura pode vetar esse projeto. Então, eu peço pela prudência retirar, para que o vereador Damásio possa apresentar esse estudo de impacto, tão somente isso. A minha preocupação é essa, e digo a Vossas Excelências: terá o meu voto favorável”. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, informou que o líder pode pedir retirada, uma vez que o autor está ausente. Em seguida, perguntou se havia acordo para retirar o projeto.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, informou que o projeto foi retirado da pauta.

ITEM 06: PLO 377/2025

Autoria: Vereador Mô Lima

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO E INCLUSÃO DAS MULHERES CANTORAS E INTÉRPRETES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EMENDAS MODIFICATIVAS E ADITIVA APROVADAS NA CFOOAP.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Parabenizo o vereador Mô Lima, é algo de extrema importância, até porque para nós mulheres o tempo todo temos que estar reafirmando a nossa capacidade, a nossa força de estar em vários segmentos, então precisamos disso, de afirmar política pública. Então eu declaro que vou votar favorável, conversei também com o vereador Mô e é de extrema importância, porque hoje, infelizmente, ainda precisamos de lei para assegurar algo que deveria sim ser natural, mas ainda não é. Então fica aqui a minha defesa do projeto”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 10.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª discussão, salvo emendas.

Emendas ao PLO 377/ 2025: Emendas Modificativas ao art. 3º, I e art. 6º; Emenda Aditiva ao art. 7º do Projeto de Lei.

Discussão: A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Nesse sentido de contratação de cantores, de artistas, eu acho que quando o artista é bom, não importa ser homem, ser mulher, ser negro, ser branco, ser índio, ser trans. O seu talento é quem vai fazer com que as pessoas sejam ou não contratadas. Então, assim, é quase como uma política de cotas, então é meio complicado. Eu não gosto muito, nessa questão de artista eu sou pela meritocracia. Então, a sociedade quando vê um artista, quando gosta do artista, quando o artista é bom, não precisa de cota, não precisa de política pública, porque o povo pede. Eu não vou votar contrário não, mas assim acho que não existe a necessidade”. O Sr. vereador Carlão pelo Bem disse: “A palavra da vereadora Eliza vem justamente do princípio de meritocracia e eu vejo também importante demais isso. A gente fala de cultura popular quando a gente fala realmente de uma contratação até de menor valor, muitas vezes isso fica a critério da Funjope, e fazer uma política de promoção, de separação, mas de promoção e de incentivo a mulher cantora, a mulher repentista, a mulher que consegue produzir seus dons de musicalidade, eu vejo importante, atentando, obviamente, para isso que a vereadora Eliza trouxe. O ser humano é capaz e competente, não tem a cor, sexo, não tem a sua condição financeira. A gente não tem que separar a sociedade em cotas, eu



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

concordo com a vereadora, entretanto esse projeto estimula, inclusive promove a ação da cultura para a que a mulher seja mais participativa, assim como na política deveria ser. Então eu entendo esse espírito da lei do vereador Mô Lima e acompanho deixando registrado que de fato não é um sim a política de cotas, mas um sim a promoção da mulher e seus dons musicais”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu até entendo algumas pessoas serem contra a política de cotas, mas eu queria citar aqui que as mulheres ganham em média 79% do salário dos homens. As mulheres ganham menos do que homens em 82% das áreas. Então, uma valorização da mulher é o que direcionou este projeto. Eu acho importante a gente poder buscar essa equiparação da mulher com o homem, porque ainda não temos essa equiparação. A igualdade de oportunidades ainda é muito sofrível aqui no nosso país, onde a gente vê, por exemplo, uma mulher grávida ter preconceito de ser contratada. Então, eu acho que a proposta do vereador Mô Lima é uma proposta de valorização da mulher e tem o meu voto favorável. Tudo que valoriza as mulheres e as minorias nós vamos votar favorável”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 10.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovada as emendas e o projeto em 2ª discussão.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Ícaro Chaves disse: “Só para solicitar, até para a gente não ficar debatendo projeto de vereadores que não estão presentes, para a gente tentar dar seguimento à nossa pauta. Eu tenho um recurso que faz quatro sessões e, obviamente, pelo motivo que os recursos sempre são jogados para o final, a gente não consegue votar. Então, para ver se a gente consegue votar esse recurso hoje”.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho disse: “Através de uma solicitação nossa, e para ser justo também, porque esse plenário aprovou um requerimento do vereador Wamberto, até coloquei nas redes sociais, além do adiamento do Refis, eu estou pedindo ao prefeito Cícero que a Semob, que tem mais de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) de multas que os cidadãos não pagaram, aí eu estou querendo um Refis também para arrecadação desse dinheiro. Então era importante incluir a Semob dentro desse Refis, por isso que eu estou pedindo a assinatura dos vereadores, e peço também ao vereador Wamberto que, não tenho dúvida da sua colaboração para, justamente, a gente solicitar ao prefeito Cícero também o Refis da Semob. E aí, dentro desse recurso, já tem até parecer da Secretaria da Receita. Eu discuti com o secretário, já estive com Sebastião Feitosa, e a gente fez a solicitação. Na verdade, é só um requerimento, não é projeto que tem que vir do Executivo, é apenas um requerimento. Vamos colocar a emenda em votação”.

ITEM 07: PLO 400/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: MODIFICAÇÃO A REDAÇÃO DO ART. 2º DA LEI 1.824/2013 (ESTABELECE NORMA PARA O DESEMBARQUE DE PESSOAS DE SEXO FEMININO EM PERÍODO NOTURNO NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO EM ÁREAS COM REAL RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER NO MUNICÍPIO), ACRESCENTANDO-SE AINDA, O PARÁGRAFO ÚNICO NO REFERIDO ARTIGO DA LEI E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Emenda Modificativa ao parágrafo único do art. 2º.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa COM EMENDA MODIFICATIVA, e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse que a emenda modificava o horário das 22h para às 20h. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Parabenizar o vereador Guguinha, dizer que eu



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

voto favorável. É importante porque às vezes a distância, principalmente as mulheres que estudam e que trabalham, estão regressando para casa, e também é um ato de sensibilidade e não vai onerar o município. Parabéns, e eu digo que voto favorável em defesa do seu projeto, um projeto bom para a cidade e para nós mulheres também”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “No começo do meu primeiro mandato eu fiz uma pesquisa: quais os problemas dos transportes coletivos? E o problema de assédio às mulheres e de segurança às mulheres foram um dos mais citados. Então esse projeto é importante, que a gente possa avaliar como nós iremos dar essa proteção. Às vezes uma parada distante, no escuro, e o ônibus vai e deixa ali aquela mulher naquela escuridão. Então o transporte coletivo tem que ter também a responsabilidade de poder dar à mulher a segurança devida. Então, parabéns pelo projeto, conta com meu apoio”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “A atenção que esta Casa está tendo na formação de políticas públicas para mulheres vai desde o incentivo à cultura, à segurança que ela precisa ter dentro dos ônibus. A notícia que chega para a cidade é trágica, para a Paraíba: o aumento do feminicídio. Se o ano acabasse hoje, nós já teríamos mais mortes de mulheres do que no ano passado. Então é muito triste essa alavancada na violência contra as mulheres, principalmente por aquelas que deveriam ter um companheiro ao lado para protegê-las. Então, quando a gente toma uma medida de uma parada de ônibus num lugar mais seguro, a gente está pensando, sim, nelas, na mulher que precisa, sim, de proteção contra homens maus, covardes e violentos. Então, deixo aqui o meu registro, parabenizo a atenção do vereador Guguinha em trazer, inclusive, essa proteção não às 22h, mas a partir das 20h. Então eu vejo isso como importante, como o vereador Marcos falou, essa sintonia com a própria empresa concessionária de ônibus, que eles possam ter essa sensibilidade e entendam que aqui não estamos fazendo uma intervenção direta em seu trabalho, mas buscando oferecer um pouco mais de proteção a quem está desprotegida. E esta Casa e as empresas, públicas ou privadas, precisam ter esse compromisso também”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Presidente, hoje eu vinha para a Câmara e estava escutando o rádio. Eu escutei, mais ou menos, umas cinco ou seis manchetes da esfera criminal e fiquei pasma: todas as manchetes davam conta de feminicídio ou tentativa de feminicídio. Um ex-namorado, que namorava há dois meses com uma menina de 17 anos, não sei se foi em Mamanguape, matou a sua companheira porque ela não queria mais namorar com ele. Outro matou e chamou a Polícia, ele mesmo se entregou. A gente abre o Instagram, eu vi esta semana um marido que correu atrás da mulher com o carro e tentou matá-la atropelando-a. E infelizmente esse sentimento de possessão que alguns homens que não têm, vamos dizer assim, cacife, se sentem muito fragilizados, eles têm um sentimento de que são donos das mulheres, que têm a mulher como objeto, e eles não aceitam o não como resposta, não aceitam simplesmente terminar o relacionamento e, de repente, partir para outro, tentar reconquistar, fazer um exame de consciência para ver o que deu errado. Infelizmente, nós temos que realmente proteger as mulheres e criarmos políticas públicas de proteção às mulheres. O machismo é o oposto do feminismo, mas pela força bruta que o homem tem, a diferença na sua estrutura física, muitas mulheres morrem, infelizmente, porque não conseguem ser páreo para homens no momento da violência. Então, logicamente que votarei favorável e precisamos promover a proteção e principalmente a conscientização de que homens, para se justificar que são machos, não precisam matar nem violentar ninguém, principalmente mulheres. Obrigada”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Dizer que esta Casa tem uma lei, inclusive minha, da Rebeca, estudante do Violeta Formiga, escândalo nacional inclusive. Eu espero que leis como essa e como outras surjam nesta Casa, porque é impressionante a possessão que o homem tem quando acaba um relacionamento e de ter posse daquela pessoa. Ninguém é dono de ninguém. A verdade é essa. Infelizmente, as mulheres, todo dia, são violentadas nesta cidade, no país e no mundo. Então, qualquer política que venha para melhoria das mulheres é importantíssima. Projeto discutido. O projeto tem uma emenda”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 10.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª discussão, salvo emenda.

Apreciação e Votação da emenda modificativa:

Emenda modificativa ao parágrafo único do art. 2º.

Autoria: CCJRLP

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 10.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovada a emenda e aprovado o projeto, em 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Presidente, só para agradecer aos vereadores por terem votado por unanimidade esse projeto, que vai beneficiar, claro, a mulher. Não dizer, vereadora Jailma e vereadora Eliza, que a mulher seja mais fraca, mas a gente sabe muito bem que a violência toma conta do nosso país e a gente sabe que a mulher se torna mais frágil numa situação de assalto, principalmente à noite. Então, agradecer à Câmara por ter votado e que a gente traga mais projetos como esse para serem votados e aprovados aqui nesta Casa. E agora esperar a sanção do prefeito, já que a gente não está trazendo nenhum ônus para o município. Obrigado”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, lembrou, ainda, que o projeto aprovado dispunha sobre uma modificação a um projeto de autoria do vereador Benilton, aprovado na Casa em 2013.

ITEM 08: PLO 403/2025

Autoria: Vereadora Jailma Carvalho

Assunto: DISPÕE SOBRE A MAJORAÇÃO DAS MULTAS ADMINISTRATIVAS APLICADAS A POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA EM CASO DE REINCIDÊNCIA NA PRÁTICA DE AUMENTO DE PREÇOS SEM JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL, ADOTANDO CRITÉRIOS QUE DISPÕE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 15; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 13.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 09: PLO 444/2025

Autoria: Vereador Fábio Lopes

Assunto: INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA 13.768, 04 DE JULHO DE 2019, A SEMANA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A ESCOLIOSE NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 15; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 13.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 10: PLO 454/2025

Autoria: Vereador Marcos Henriques

Assunto: RECONHECE A PARADA LGBT DA ZONA SUL DE JOÃO PESSOA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Eu gostaria de solicitar o tempo da liderança, eu já combinei com o vereador Odon, para poder fazer a discussão desse projeto. Obrigada, vereador Odon. Vereadores, eu fui processada por falar sobre esse projeto, e isso é um risco muito grande que estamos passando. Estou me defendendo na Justiça e trago aqui, para vocês, uma questão bem importante sobre imunidade parlamentar. *Os nossos tribunais são pacíficos no sentido que o vereador não pode sofrer punição por seus pensamentos, uma vez que figura como representante do povo. As funções parlamentares abrangem, além da elaboração de leis, a fiscalização dos outros poderes e, do modo ainda mais amplo, o debate de ideias, fundamental para o desenvolvimento da democracia. A imunidade parlamentar alcança os limites da circunscrição...*”. Em seguida, o Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, informou que a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia teria mais 5 minutos, conforme o tempo de liderança concedido pelo Sr. vereador Odon Bezerra. Dessa forma, a Sr.^a Eliza Virgínia continuou: “*No âmbito da sistemática da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Tema 469, firmou o entendimento no sentido de que as manifestações proferidas por vereador, quando realizadas nos limites do artigo 29, inciso 8, da Constituição Federal, ou seja, no exercício do mandato e dentro da circunscrição do município, são abrangidas pela imunidade parlamentar.* Isso já é matéria pacífica. Agora, partindo para o mérito: Tornar algo um patrimônio cultural imaterial de um município significa reconhecer, proteger oficialmente as práticas, tradições, expressões e conhecimentos que a comunidade local valoriza e transmite de geração em geração. Esse processo, geralmente coordenado por órgãos municipais de Cultura, garante que esses elementos culturais não se percam com o tempo, reforçando a identidade e a memória coletiva da população. Vereadores, eu gostaria que vocês prestassem atenção porque é caro e muito interessante essa questão de transformar algo como patrimônio cultural imaterial de um município. Exemplos de patrimônio cultural imaterial: diferente de patrimônio material, o patrimônio imaterial inclui aspectos intangíveis da cultura: celebração de festas, festas religiosas, folclóricas ou carnavais tradicionais; formas de expressão – danças, lendas, artesanato, músicas; processos culinários, como foi o caso de transformar o rubacão, que eu fiz; lugares de memória, espaços onde se realizam práticas culturais. O reconhecimento implica, ao ser declarado patrimônio cultural e imaterial, o bem ganha uma série de proteções e benefícios. O Poder Público se compromete a adotar medidas para proteger, promover a manifestação. Exemplos de patrimônio imaterial, eu acho que, aqui, a Procissão da Penha deve ser patrimônio imaterial. Então, essa questão da Marcha, que me tomaram como transfóbica, um monte de coisas assim, e estão me cobrando 140 mil na Justiça de indenização por danos morais, é uma Marcha recente. E o que que eu falei, que causou todo esse tumulto? Nada de grave. Não fiz aqui falas pejorativas, não fiz falas mentirosas, eu generalizei uma fala do conhecimento que eu tenho, que a gente vê nas Marchas que acontecem no mundo inteiro, do que a gente tem, dos relatos que a gente tem. Por isso que eu não concordo em transformar a Marcha, referida do projeto do vereador Marcos Henriques, como um patrimônio imaterial da nossa cidade, porque ela não faz parte da cultura de geração em geração, como diz aqui, valorização e visibilidade, dando reconhecimento para que possam ser criadas políticas de apoio e fomento, como de linha de financiamentos e programas, para que a comunidade mantenha e fortaleça a prática cultural e o conhecimento. As práticas culturais são incentivadas, continuando e sendo transmitidas às novas gerações. Não é uma coisa antiga, não é uma



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

coisa intrínseca da nossa cultura. Então, eu quero a liberdade, e é impossível que a gente, agora, tenha medo de votar, vereadores. Será que o meu voto também vai ser censurado? E, pelo meu voto contrário a esse projeto, eu vou novamente ser denunciada e processada? Estamos chegando em um momento muito difícil, uma insegurança e uma instabilidade jurídica muito difíceis, onde nós estamos sendo processados penalmente e civilmente pelas falas dessa tribuna, e, dessa tribuna, porque o Instagram de um vereador, de um deputado federal, do deputado estadual, são a tribuna de um vereador, de um político. Então, eu já adianto meu voto contrário, sem nenhum tipo de objeção. Eu voto contrário. Já votei vários projetos aqui contrário ou favorável, pela questão do mérito. E acho que a Marcha poderia até fazer parte do calendário da cidade, não tem problema nenhum. Mas tornar em bem imaterial, como vocês viram aqui, é algo que faz parte intrínseca da cultura de um povo. E é por isso, com esse meu voto técnico aqui, dizendo o que significa transformar algo como bem imaterial de uma cidade, é que eu já adianto o meu voto contrário. E muito obrigada, vereadores, com todo respeito à Marcha da Zona Sul, que eles disseram que não é o que eu disse que era. Eu não conhecia a Marcha, ela pode ter características diferentes das que são realmente conhecidas no Brasil e no mundo. Peço desculpas se ofendi de alguma forma, mas, mesmo assim, meu voto é contrário e eu creio que eu tenho esse direito, construído pelo povo de João Pessoa, pelos mais de 6 mil votos que eu tive dessa cidade. Muito obrigada, Presidente”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, queria saudar, inclusive um dos organizadores da Marcha Sul, Del Felix, que está ali. É importante a gente perceber que os segmentos precisam se organizar. Como é que se organiza um segmento? É com a sua pauta. Quem participa de uma Marcha LGBTQIA+ não é obrigado você ser, mas é obrigado você respeitar. E é muito importante nós vermos ali a pauta sendo debatida. É uma pauta, inclusiva, é uma pauta que pede igualdade de oportunidades. É uma pauta que fala contra a homofobia, contra a transfobia. Então, são coisas que a gente precisa valorizar e precisa entender que eles precisam demonstrar essa pauta. A partir do momento que você torna Patrimônio Cultural Imaterial, a gente começa a valorizar. Entendo aquelas pessoas que não valorizam, mas eu entendo também a necessidade de todos os segmentos se valorizarem. Quinta-feira agora a gente vai ter uma Marcha sobre igualdade racial. É o povo preto se organizando, que são minorias, ganham menos, tem menos oportunidades. A quantidade de assassinatos, da comunidade trans e da comunidade LGBT aumenta a cada ano, e a gente não pode naturalizar isso. Então, eu peço aos companheiros e companheiras que votem a favor dessa Marcha que mostrou uma força muito grande de organização e também de discussão com a população. É através de um evento desse que o segmento debate com a sociedade a sua pauta. Então, patrimônio cultural e imaterial, nada contra, mas tem gente que bota o rubacão, a tapioca, o cuscuz, certo? Então, eu acho que tudo isso merece o reconhecimento. Agora, a gente também tem que respeitar quem valoriza o movimento cultural, é importante a gente poder usar um instrumento como uma Marcha para poder gritar contra as injustiças. Então, eu participei desde o início, defendendo esse voto porque entendo que a inclusão social, o combate ao preconceito é algo intrínseco desta Câmara. E esta Câmara jamais vai proibir, vereador Eliza, da senhora falar o que bem quiser, pode falar, pode ser contra, que a senhora não vai ser perseguida por conta disso, a gente tem que acabar com essa história de que a comunidade LGBT é inimiga, não é, eles querem apenas o seu espaço, eles querem apenas ser respeitados. E o nosso mandato traz essa pauta aqui como forma de respeito. A Marcha Sul é uma Marcha bastante organizada, com muita responsabilidade. E outra coisa, todo mundo sabe que é um instrumento importante, inclusive para captar recursos. Vocês viram aqui na naquela matéria que passou aqui, foi retirado 120 mil reais da Coordenadoria LGBT, 120 mil reais. A Marcha Sul que foi feita aqui não liberaram nem um real. Então foi feito no peito, na raça, que a gente conseguiu fazer. Então o que eu tinha para dizer era isso e pedir aos vereadores que a gente possa valorizar esse movimento porque é um movimento humanitário. Nós temos que ter humanidade, certo? E



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

humanidade é combate a todos os preconceitos que existem aí no nosso país. Parabéns aos organizadores da Marcha Sul e eu espero que a gente possa aprovar esse reconhecimento de título imaterial”. O Sr. vereador João Almeida disse: “Primeiro eu quero ressaltar aqui a importância dos seus posicionamentos, Marcos Henriques, sempre trazendo aqui para Casa pautas que ainda se entendem como pautas, como eu posso dizer, delicadas, ainda há esse entendimento, ainda tem esse entendimento, infelizmente, mas que são pautas legítimas de resgate, de defesa, de posicionamento, de inclusão social. São pessoas que a gente, numa geração muito recente, a gente foi criado, eu mesmo cresci ouvindo piadas, ouvindo ameaças. A homofobia, infelizmente, ainda é uma realidade, o racismo é uma realidade, e eu sou realmente, hoje eu tenho outra visão do mundo, graças a Deus. Eu enxergo esses movimentos como, além de legítimos, necessários, por todos os fatores, e talvez o mais importante seja exatamente a inclusão destas pessoas. E Vossa Excelência, por ser cristã vereadora Eliza, assim como eu, o cristão tem, acima de tudo, o dever de enxergar todos os seres como nossos irmãos e semelhantes. Foi assim que Jesus nos ensinou, independente de raça, de gênero e etc. Todavia, eu queria fazer um posicionamento. Nós sabemos que aqui em João Pessoa também tem outras Marchas LGBTs, na Eptácio Pessoa tem também. Então eu queria me acostar à vereadora Eliza no questionamento técnico, para que a gente seja justo em todas as situações, porque fazer justiça é isso. Eu quero saber o seguinte: se a Marcha lá da praia também já foi reconhecida como patrimônio cultural e imaterial, se isso já existe. Não sendo assim, a gente está cometendo aqui, em tese, uma injustiça. Seria injusto a gente separar uma atividade tão legítima como essa, tão importante como essa, e dizer que a da Zona Sul será e a outra não é ainda. Então faço esse apelo à Vossa Excelência para que a gente reavalie isso aí, para que a gente não pontue uma causa tão importante como essa, como a bandeira do LGBT. Então essa é a minha ponderação, não me sinto seguro para votar nessa matéria desta forma como está, então eu queria que Vossa Excelência pudesse me orientar sobre isso, para que a gente generalizasse o ato e não pontuasse, seja na Zona Sul, na Zona Norte, na praia ou qualquer que seja o ato, porque senão a gente vai estar aqui toda hora dizendo que é do centro da cidade, é da praia, enfim, a gente vai pontuar e não é legal isso. Essa é a minha ponderação, vereador Marcos, mas me acosto a todas essas pautas, mas nessa matéria, especificamente, vereadora Eliza pontuou aqui questões técnicas e eu acho que a gente tem que realmente levar em consideração isso. Portanto, se o senhor puder retirar de pauta, conceder vistas, eu realmente gostaria muito de me acostar ao projeto e votar com muita clareza, mas assim como está eu não me sinto confortável e seguro de votar”.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, com anuência do autor do projeto, vereador Marcos Henriques, concedeu vistas do projeto ao vereador João Almeida.

O Sr. vereador Wamberto Ulysses registrou a presença do secretário Ronaldo Cunha Lima Neto na CMJP.

ITEM 11: PLO 478 /2025

Autoria: Vereador Wamberto Ulysses

Assunto: INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA Nº.13.768/2019, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, O “DIA MUNICIPAL DA IMUNIZAÇÃO” NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 14; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 14.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Wamberto Ulysses disse: “Só para agradecer a aprovação pelos colegas vereadores. Esse Dia Municipal da Imunização também se acosta ao Dia Mundial, que visa uma proteção à nossa saúde e um cuidado às nossas crianças. A gente sabe a importância que os agentes da saúde pública têm. Então a conscientização é uma prevenção contra doenças infecciosas, a tantas doenças que a gente sabe que precisam da vacinação, a varíola, sarampo, poliomielite e mais recentemente a covid, e a gente sabe o quanto a vacina salvou vidas. E eu fico muito feliz de estar há poucos meses aqui na Casa e ter mais um projeto meu aprovado visando o cuidado, a atenção ao povo de João Pessoa. Então, mais uma vez, muito obrigado aos colegas vereadores e vamos seguir juntos, trabalhando e defendendo os interesses da população”.

ITEM 12: PLO 485/2025

Autoria: Vereador Odon Bezerra

Assunto: DISPÕE SOBRE O COMPARTILHAMENTO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO FACIAL ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 14; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 14.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Neste momento, o vereador Odon Bezerra, assumiu a presidência dos trabalhos e solicitou ao secretário que fizesse a verificação do quórum. Verificado o quórum necessário, houve a continuidade da apreciação das matérias em pauta.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Consignar que há mais de uma hora atrás pedi a prorrogação da sessão para que a gente comece o Grande Expediente na sessão de hoje”.

Apreciação em bloco:

ITEM 13: PLO 548/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, O NOME DA RUA JOSÉ EMÍDIO DE LUCENA NETO.

ITEM 14: PLO 549/2025

Autoria: Vereador Odon Bezerra

Assunto: INCLUI-SE NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, O NOME RUA DRA. DINEIDE DE MENDONÇA NORONHA.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Pareceres: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 14; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 14.

Situação: Na presidência, Sr. vereador Odon Bezerra, declarou aprovado os projetos em 1ª e 2ª discussão.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Milanez Neto disse: “Acredito eu que, no regimento, recurso precisa ter dois terços para poder ser aprovado. E a gente está com um quórum muito baixo, então poderá prejudicar os colegas que podem ter a necessidade do recurso. Porque dois terços, deveria ter aqui 20 votos, aproximadamente. Só tem 15 vereadores dentro da Casa”.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Presidente, vamos fazer um acordo aqui, são cinco recursos para ser votados. Vamos botar esses cinco na primeira Ordem do Dia da próxima sessão? A gente não tem como votar agora com a quantidade de vereadores, então a gente precisa colocar primeiro na Ordem do Dia, quando tiver, porque foi feito um acordo aqui, mas a gente vai votar como? É ruim para quem fez o recurso”.

Em questão de ordem o Sr. vereador Carlão Pelo Bem argumentou a favor de votar os recursos dos vereadores que desejassem naquele momento.

Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra disse não haver quórum suficiente para dar prosseguimento às votações das matérias e determinou o retorno ao Pequeno Expediente.

Retiradas de pauta, por insuficiência de quórum, as seguintes matérias:

RECURSO 03/2025

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

Assunto: RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO PLO 60/2025 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE RETIROS RELIGIOSOS DE CARNAVAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra retirou o projeto de pauta por insuficiência de quórum.

RECURSO 07/2025

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

Assunto: RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO QUE OPTOU PELO ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº 120/2025, QUE DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO PARA VEÍCULOS DE TRANSPORTE POR APLICATIVO UTILIZAREM AS FAIXAS EXCLUSIVAS DE ÔNIBUS DURANTE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NA CIDADE DE JOÃO PESSOA.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra retirou o projeto de pauta por insuficiência de quórum.

RECURSO 11/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO APROVADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 153/2025. (ASSEGURA A CRIAÇÃO DO ESPAÇO “PAREDÃO DE SOM” NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA)

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra retirou o projeto de pauta por insuficiência de quórum.

RECURSO 13/2025

Autoria: Vereador Ícaro Chaves

Assunto: RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 183/2025. (DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DA TARIFA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS E LOTAÇÃO ATRAVÉS DE PIX, CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO DE DÉBITO).

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra retirou o projeto de pauta por insuficiência de quórum.

RECURSO 15/2025

Autoria: Vereador Luís da Padaria

Assunto: RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO APROVADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 505/2025, QUE DISPÕE SOBRE A NÃO OBRIGATORIEDADE DO RECONHECIMENTO FACIAL EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH), SÍNDROME DE DOWN

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra retirou o projeto de pauta por insuficiência de quórum.

Finalizada a Ordem do Dia, houve a retomada do Pequeno Expediente

Comentários

O Sr. vereador Marcos Henriques disse que iria tratar de dois temas, e iniciou com um vídeo contendo uma animação que tratava da falta de pagamento dos funcionários da empresa de segurança Kairós. Em seguida, disse: “Eu queria me solidarizar com os trabalhadores da Kairós. É uma empresa de vigilância que já está há muito tempo atrasado, e eu não poderia deixar, enquanto representante da classe trabalhadora, de estar cobrando que a Kairós possa atualizar o salário dos servidores, cesta de alimentação, férias. Então, eu estarei ingressando junto ao Ministério do Trabalho, aqui na Superintendência Regional do Trabalho, com uma denúncia, e espero que a Kairós possa atualizar o salário dos trabalhadores e trabalhadoras. O segundo tema que eu trago hoje é sobre intolerância religiosa. A intolerância religiosa cresceu mais de 80% no nosso país. Crenças de matriz africana representam o maior número de ocorrências, que quase dobrou em 2023 para 2024. Aqui na Paraíba, nós tivemos um crescimento de 980% em 5 anos. Em 2014, foram 123 casos de intolerância religiosa. E eu queria aqui também me solidarizar com Mãe Lúcia, que tem um terreiro lá no Valentina. Foi vítima de intolerância religiosa e, pasmem, a Justiça está acusando ela de intolerância, quando um trabalhador do Uber, e não são todos os trabalhadores – o trabalhador do Uber eu conheço muitos, eles



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

não são preconceituosos –, mas esse disse que, quando soube que era um terreiro, se negou a ir lá buscá-la. E aí o juiz ainda acusou Mãe Lúcia de intolerância. Então, é lamentável que isso aconteça, inclusive na nossa Justiça. Agora, mais lamentável ainda é a intolerância religiosa. É algo que nós precisamos combater, principalmente os terreiros, sofrem – logicamente que todas as religiões sofrem, mas o alvo principal são os terreiros. E eu queria aqui me solidarizar com todas as mães de santo, pais de santo, filhos de santo, que às vezes adentram por preconceito e por uma falsa impressão que as pessoas passam para a população em geral. E esse tipo de preconceito, de perseguição, é algo que nós não devemos tolerar, porque todas as religiões têm que ser respeitadas. Eu sou cristão, mas eu respeito a Umbanda, eu respeito o Candomblé, eu respeito o muçulmano, eu respeito o budista, o católico. Temos que ter esse pensamento”.

O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “Nós tivemos um fato ocorrido em uma escola municipal e eu queria sensibilizar a todos dessa Casa pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pela Prof.^a América. Se tratam de crianças, queria que a gente pudesse entender que, quando se trata de criança, algumas coisas que são expostas se tornam inclusive crime. Nós não temos a conclusão dos fatos, necessariamente precisa ser investigado, o Ministério Público já foi chamado oficialmente pela secretária América para participar do acompanhamento dos fatos, a Guarda Municipal detém toda a inteligência das escolas, ou seja, detém todas as gravações possíveis para comprovar e para que a gente não possa fazer um julgamento precipitado dos fatos, era bom que nós pudéssemos acompanhá-los de forma lúcida e com o cuidado que o caso merece. Trata-se de crianças, uma surda e um autista, nós temos 2300 cuidadores acompanhando e não se trata do acompanhamento dos cuidadores. Então para não sermos levianos, anteciparmos fatos, vamos transformar isso num cuidado com as crianças. O fato ocorrido vai ser esclarecido sendo acompanhado pelo público. João Almeida fez uma fala na discussão muito importante, porque as câmeras inclusive não podem ser expostas para ninguém a não ser para o juiz que está acompanhando o fato. De nossa parte, e eu acredito de todos, o que nós precisamos é que venha a ser culpado aqueles que tenham culpa, mas nós não podemos antecipar essa culpa, porque inclusive na escola as câmeras que filmaram está tudo registrado. Então o cuidado com o autismo, o cuidado com as crianças, o cuidado com os professores, o cuidado com os cuidadores, a parte da Prefeitura está sendo feita e nós não vamos passar pano para um fato acontecido com a criança, seja ela uma criança pessoa com deficiência ou uma criança que não tenha nenhuma deficiência. Nós precisamos punir e nós precisamos rigorosamente encontrar os culpados de tal fato. Agora o que nós não podemos é antecipar julgamentos e querer ainda mais pelo fato que está ocorrendo com eles, trazer menos tranquilidade para aquelas famílias. Saibam que estamos e estaremos prontos para poder também aqui no momento certo apresentar todo o relatório que a Polícia Civil está acompanhando”.

A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Boa tarde a todos e todas. Primeiro eu quero iniciar minha fala dizendo que eu tenho muito respeito por esta Tribuna e por esta Casa, mas não me furtaria e nem me furtarei desse debate. Sou pedagoga, defendo a educação pública como uma forma de transformação e de inclusão, e não poderia deixar de expressar aqui a minha opinião e de me solidarizar principalmente com a criança e com a mãe. Hoje eu subo a esta Tribuna para tratar de um caso que, além de grave, escancara um problema estrutural na forma como a nossa Rede Pública Municipal tem acolhido, ou deixado de acolher, nossas crianças e adolescentes, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista. Recebi com profunda tristeza e estranheza, e digo mais, com profunda indignação, a fala da Secretária Municipal de Educação ao afirmar que recebeu com muita tranquilidade a denúncia de abuso sexual sofrido por um adolescente autista de apenas 12 anos. Em que lugar do serviço público, a sociedade, a gente pode receber com tranquilidade um assunto que trata



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

de violência sexual de criança e principalmente de criança com autismo? Eu estou extremamente emocionada, acabei de falar com Elaine, compartilhando juntas da dor dessa mãe. E é isso que essa fala revela, essa fala expõe o despreparo, a falta de sensibilidade e compromisso com a real inclusão. Expõe o abismo entre o discurso bonito e a prática que é realizada no cotidiano, porque quando a autoridade trata um caso tão grave como um caso de contratempo, isso diz muito, diz que ainda precisamos avançar. E aí eu falo com muita tranquilidade que precisamos avançar e muito para garantir que crianças autistas sejam realmente protegidas e respeitadas na nossa cidade. Quero chamar a atenção desta Casa, essa situação revela falhas graves que precisam ser imediatamente apuradas e corrigidas pelo Poder Público. E aqui eu convido a secretária América para vir nesta Casa para prestar esclarecimentos, e tirar as dúvidas, fazendo o debate de uma forma séria e tranquila, não querendo calar esse debate aqui nesta Casa. A mãe que fez a denúncia afirma que buscou o Conselheiro Tutelar e não recebeu o apoio, procurou a escola e seu relato foi normalizado, foi minimizado e tratado como se fosse algo comum. Só encontrou acolhimento aqui, e eu me junto ao Terceiro Setor, eu me junto a mãe, a Associação Integrada de Mães com Autista. Eu me uno ao Fórum Paraibano de Luta pela Pessoa com Deficiência, que mais uma vez fez o papel do Poder Público de ouvir, acolher, orientar e proteger. É importante e esta Casa aqui tem produzido muito. Eu mesma sou uma das autoras de várias legislações que defendem o direito das pessoas com autismo e com deficiência, mas não basta apenas legislar, nosso papel é garantir que essas leis saiam do papel, que sejam respeitadas e que sejam efetivadas, fiscalizadas e implementadas com muita seriedade. E não é de hoje que a violência contra a criança e adolescente é tratada com tranquilidade. Justamente para enfrentar essa realidade que apresentei o Projeto de Lei Ordinária nesta Casa, n. 451, que institui o Programa Municipal de Atendimento Integral à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência em estudo realizado pelo nosso mandato. Ao analisar os dados que foram repassados pela secretaria, pela Seduc, e pela Prefeitura Municipal, deixando isso claro, é observado alguns dados alarmantes, um aumento de 68,9% nos registros de violência contra criança e adolescente em João Pessoa, as ocorrências de violência psicológica cresceram 96,6% e os casos de abuso sexual aumentaram 67,6%. Esses não são números, não são estatísticas abstratas, são vidas, são infâncias interrompidas, são traumas que podem ser trabalhados, que podem ser prevenidos e que podem ser reparados. Mas para que isso aconteça, a gente precisa fazer esse debate, tendo a criança como sujeito de direito. 18 de maio participei de um Congresso em Brasília, aqui a gente fala muito de compromisso, de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, mas quando chega um fato real aqui, eu vi alguns colegas pedindo para que a gente não abordasse o tema e tivesse seriedade. Eu digo isso com muita, mas com muita tranquilidade, que tem uma seriedade necessária para debater o tema. Dizer que o aluno não foi na escola, e aí eu pergunto a vocês: quem em plena consciência tem o seu filho, no espaço que é tido um espaço de segurança, de acolhimento, de aprendizagem, de formação, de cidadania, tem o seu direito violado e volta no outro dia para o espaço aonde ele foi violado? Quem aqui, eu pergunto aos pais, as mães, e eu quero me solidarizar com a mãe, eu estava lá no Ministério Público, que passou mal, que está tendo o seu direito silenciado, que está vendo o seu filho sendo descredibilizado. A gente precisa acolher a criança, não dizermos que é com muita tranquilidade. Esta Casa vai acolher essa mãe, vai acolher essa família e vai buscar junto ao Terceiro Setor, junto aos órgãos competentes que essa família possa ser acolhida, possa ser respeitada e que a Prefeitura, no lugar de descredibilizar a mãe, possa acolher e investigar, buscar acompanhamento psicológico, fortalecer a rede de defesa da criança e do adolescente. Elaine, toda minha admiração e respeito pela sua coragem, pela sua altivez. Enquanto eu estiver nesta Casa, pode contar com o nosso mandato porque nenhuma voz será calada, nenhuma mãe será silenciada, porque violência de abuso à criança e adolescente, está aqui a campanha Faça Bonito, e a gente faz todo dia na prática, falando sobre os abusos, é enfrentando, é dizendo nas escolas sobre formação, que muitas



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

crianças, às vezes, são abusadas e não sabem. É com formação que a gente consegue combater essa triste estatística que está aí destruindo a infância e, principalmente, a infância de quem mais precisa, de quem não tem acesso a psicólogo, de quem não tem acesso a uma rede de apoio. Então, aqui, eu deixo meu apelo à Prefeitura Municipal, no lugar de receber com muita tranquilidade, receba a mãe, acolha, escute, busque políticas efetivas que possam garantir o direito da criança, que é uma criança, 12 anos. Com consentimento ou sem consentimento, menos de 14 anos é estupro de vulnerável. Então, aqui o que esta Casa exige é respeito e esclarecimentos sobre os fatos. Então, secretária América, fica aqui o convite para Vossa Excelência estar aqui debatendo com esta Casa sobre esse tema, que é um tema importante e que não será calado aqui nesse espaço enquanto eu estiver”.

O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Nos últimos dias, fui procurado por representantes do segmento e trabalhadores que atuam como motoristas ou condutores de veículos por aplicativo, para trazer uma preocupação sobre o Projeto de Lei nº 1498/2025, de autoria do deputado federal Lindbergh Farias que atribui exclusivamente aos municípios e ao Distrito Federal a regulação, autorização e fiscalização do transporte individual de passageiros. O texto aprovado na Comissão exige que o motorista de aplicativo tenha autorização da Prefeitura e atenda às mesmas regras previstas na lei do taxista. As exigências incluem comprovar idoneidade, ter capacitação técnica, passar por exames de saúde e utilizar veículos seguros e confortáveis. Caberá às Prefeituras a fixação de tarifas, observando motricidade e definindo critérios técnicos dos veículos, além de definir direitos e deveres de usuários e motoristas, além dos procedimentos de fiscalização e sanções administrativas. As Prefeituras poderão ainda cobrar tarifas pelo uso da infraestrutura viária, tanto das empresas de transporte quanto das plataformas. Senhor Presidente, senhores vereadores: essa iniciativa precisa ser amplamente debatida nesta Casa. Não poderemos nos furtar a essa discussão, pois ela envolve a disciplina de trabalhadores que já são massacrados pelos aplicativos. Estive tratando diretamente com o secretário da Semob, Marcílio do HBE, que veio trazer essas preocupações até mim. Até o presente momento, nada chegou oficialmente porque o projeto ainda não foi aprovado na Câmara Federal; ainda vai para o Senado e, talvez, para sanção presidencial. Mas quero já deixar claro aqui, nesta Casa, que, se esse projeto passar em nível nacional, precisamos abrir um debate sério. Se forem cobradas todas essas exigências dos motoristas de aplicativo ou de moto, eles também devem ter os mesmos direitos que os taxistas. A classe dos taxistas é, sim, uma classe trabalhadora, respeitada, mas o motorista de aplicativo também é. Portanto, ele também deve ter isenção de impostos, deve ter direito também a vias exclusivas, como os taxistas têm. Agora, precisamos debater, porque, se esse projeto vier somente para massacrar ainda mais esse trabalhador, o motorista de aplicativo, que já sofre bastante, pode ter certeza: não é só João Pessoa que vai parar, não, esse país vai parar se esse projeto não for amplamente debatido e se o motorista de aplicativo não tiver direitos iguais aos taxistas. Deixo aqui minha solidariedade total, não só ao entregador, ao motoboy, mas também ao motorista de aplicativo desta cidade”.

O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Tristeza, decepção e vergonha. Mas jamais receberia uma notícia de um estupro, de um menor de idade, dentro de uma escola pública com muita tranquilidade. Vereadora Jailma, é o momento de nós termos vergonha. Sou pai, e a grande maioria desta Casa é pai. Qual o pai receberia com muita tranquilidade a informação de que seu filho foi estupro dentro de uma escola? Qual de nós encararia com muita tranquilidade o estupro de um filho, de um parente, de um sobrinho ou de um conhecido? E o pior, eu pensava que tinha sido apenas uma fala mal interpretada e aguardei ansiosamente uma retratação ou um pedido de desculpa. Mas não, vereador Carlão. Começaram a tentar desqualificar a vítima para justificar a muita tranquilidade exposta pela Secretaria Municipal de Educação do município do João Pessoa. Aquela mesma que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

aparece nos meios de comunicação como sendo uma educação perfeita, a educação do Chrome book, da Sala Google, a educação que dizia em todos os meios de comunicação que tinham um cuidador para cada criança especial matriculada na escola pública, aquela que dizia que praticava uma revolução na educação da cidade de João Pessoa e, na verdade, nós estamos assistindo com perplexidade e não com muita tranquilidade, é uma criança violentada, e a primeira resposta dita por quem deveria estar preocupada, quem deveria estar investigando, cuidando, é que tudo foi muito tranquilo. Na verdade, quando alguns colegas nos antecederam aqui hoje para dizer que não fizessem politicagem, fiquem tranquilos. Na minha trajetória política, na sua trajetória, vereadora Jailma, não existe a palavra politicagem. Existe uma palavra que eu uso com muito orgulho e muito satisfação, que é política de P maiúsculo. Política que eu aprendi a fazer em casa e que eu aprendi a fazer aonde eu passei até o dia atual. Na verdade, vereador Odon, aqui não fica o registro de um líder ou de um vereador. Aqui fica a preocupação de um pai, de um ser humano que se coloca na posição de quem recebe essa notícia em casa e, muitas das vezes, ainda se tenta desqualificar uma informação tão grave. Eu estou aqui na condição de um pai que tem dois filhos de saúde plena, mas que me incorporo todos os dias na dor de quem não tem a mesma sorte e a mesma benção que foi colocada em minha casa. Eu me coloco aqui com a preocupação de quem tem que estar aqui para legislar e cuidar destas pessoas, e a palavra tranquilidade é a única que não cabe. E a que me cabe aqui hoje é repúdio a esta fala”.

O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Sr. Presidente, Srs. vereadores, escutei atentamente o pronunciamento da vereadora Jailma, escutei atentamente o discurso do vereador Fernando Milanez e eu início dizendo que sou pai e sou avô, e digo a Vossa Excelência e a todos que me veem pela televisão que o fato deixa a sociedade perplexa. Em um primeiro momento, nós teríamos que ver: a Secretaria de Educação tomou providências? Ao que me consta sim. Foi dado conhecimento a psicólogo e foi chamada a mãe para que fosse até a residência. Mas a minha preocupação hoje aqui, vereadora Jailma, como integrante da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, é sobre o Estatuto, e o Estatuto diz textualmente que todo e qualquer processo que envolva menor tem que ter segredo absoluto, o sigilo. E o que Vossa Excelência fez hoje aqui na tribuna foi reverberar e identificar a criança. Eu me preocupo enquanto advogado e estou alertando Vossa Excelência, porque nós não poderíamos jamais dizer o nome da mãe ou da criança aqui, porque estaríamos revelando um fato”. Neste momento, iniciou-se um diálogo entre o orador e a vereadora Jailma, que falava fora dos microfones, não sendo possível identificar suas palavras. Respondendo à vereadora Jailma, o orador disse: “Vossa Excelência falou o nome de alguém. Não sei se era a mãe ou se era alguém... Falou e disse que se solidarizava com essa pessoa, não sei se é a mãe ou se é alguma pessoa... Se foi, eu vou lhe ajudar, eu peço que se retire de ata... Quem era a pessoa a quem a senhora se referiu?... Quem é Elaine?... Então, me desculpe, eu compreendi como se fosse a mãe. Eu fiquei extremamente preocupado, chamei o vereador Milanez e disse que iria pedir para retirar de ata, para Vossa Excelência ver o zelo que eu tenho... eu fiz dessa forma e fiquei preocupado ali quando se tocou nesse assunto”. Após o diálogo, o orador prosseguiu dizendo: “Então, nós temos que ter muita cautela. Por que a cautela? Porque dentro do procedimento devem haver minúcias que devem ser analisadas pela esfera competente. Olha, se tem uma psicóloga que chamou a mãe, que chamou a criança, que conversou com a criança, que tem testemunhas, então que se faça tudo isso, não há problema nenhum. A Secretaria vai pela transparência. O que a professora América tenha dito, não foi com o fato, ela estava tranquila com o proceder, com o que iria desenrolar, não com o fato, de forma nenhuma. Eu acho que a interpretação que se está dando com a professora América, que todos nós conhecemos o zelo, a dedicação... é uma fala infeliz no momento, ela quis se expressar quanto ao fato: ela estava tranquila pelos esclarecimentos e por tudo que ela fez e a própria Secretaria. É essa a razão. Inclusive, ela solta



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

uma nota hoje dando detalhes do que foi feito pela Secretaria de Educação do município. Então, como Vossas Excelências, também estou na qualidade de avô, na qualidade de pai, ficando aqui até essa hora, hoje é o aniversário do meu filho, eu tinha prometido almoçar com ele, mas são ossos do ofício. Então, eu estou aqui para fazer a defesa da professora América pela pessoa que ela é e pelo fato. Eu vou cobrar esclarecimento de tudo que se passa, na qualidade de líder do prefeito Cicero Lucena, pela transparência dentro dos limites que envolvam o Estatuto da Criança e do Adolescente, tão somente isso. Eu acho que é melindroso demais qualquer julgamento que se faça, seja prematuro, porque há detalhes dentro do procedimento que têm que ser analisados. Então, não vamos fazer apenas o debate político, de forma nenhuma, vamos fazer o debate técnico. E, caso nós entendamos, dentro da nossa Frente Parlamentar, acompanhar *pari passu* o procedimento, eu acho que o Ministério Público também nos dá esse poder. Então, eu penso que nós temos que ter muita cautela, muita cautela mesmo, para que não sejamos assolados e colocar culpa em quem não tem. Muito obrigado”.

Pelo tempo de liderança, o Sr. vereador João Almeida disse: “Quero repetir com muita tranquilidade a fala que eu fiz aqui agora de manhã, e aproveitar algumas falas da vereadora Jailma e do próprio vereador Milanez. Eu tive o prazer, Milanez Neto, de ser vereador com seu pai. Eu conheço a sua origem, eu conheço a qualidade da família que Vossa Excelência vem e, por isso, eu falo com muita tranquilidade. Assim como a nossa Secretária de Educação verbalizou a palavra que *recebe com tranquilidade*, eu me acosto em todas as letras à tranquilidade que também recebo, uma vez que estou para assumir de fato e de direito a Secretaria de Segurança aqui da nossa cidade. E com muita tranquilidade, eu encaro e recebo essa triste notícia de dizer a você que os fatos que possivelmente envolveriam uma situação de lapso por parte da Secretaria da Educação, eu quero dizer a vocês que, com muita tranquilidade, podem ficar também tranquilos, como a secretária América, de que ela não errou nas palavras, muito pelo contrário, ela foi muito feliz nas palavras. Me acosto em todas as letras. E com muita tranquilidade, eu quero dizer a Vossa Excelência que a gente tem que encarar esse tema, além da tranquilidade, com muita responsabilidade. Respeito a oposição, respeito as oposições, respeito as reivindicações nesta tribuna, mas vocês não vão ter acesso a essas imagens. Vocês não vão ter acesso ao processo porque existe uma legislação de um controle externo, além de todo o ordenamento de fiscalização interna e externa que envolve todo esse processo de imagem e de controle das escolas, a gente está tratando de criança e adolescente. E o senhor falou aqui que era pai, que é pai. Eu também sou pai. E para sentir a dor das pessoas, como Vossa Excelência disse que estava se colocando na dor dessas famílias, eu quero que o senhor minimamente se coloque na situação delas, não pelo fato propriamente dito, mas todas as sequelas que esse fato gera nas crianças. Quando eu digo ‘nas crianças’, observe bem minha fala: não envolveu apenas uma criança, então são várias crianças. E a recondução do sofrimento também é um fato, que isso deve ser evitado pela psicologia, e a senhora, como pedagoga, deve saber disso também, que até para ouvir as crianças a gente tem que ter toda minúcia de cuidado para que esse sofrimento não seja ampliado, repetido. E eu, como pai, não gostaria, eu não me sentiria satisfeito de ter um fato que, possivelmente, tenha ocorrido com o meu filho, discutido numa tribuna política, abertamente, no público, em televisão aberta. Eu não gostaria porque a gente não sabe, sequer, se de fato aconteceu. A gente tem algumas situações, e eu não vou entrar no mérito aqui, situações que a gente, por exemplo, já sabe, ou quase que resta provado, que possivelmente não foi no ambiente escolar. A gente já sabe, por exemplo, que não houve envolvimento de adulto. A gente já sabe que, se por acaso houve, ou houve alguma tentativa, a gente já sabe de alguns detalhes que envolve criança com PCD. Então, vereadora Jailma, eu convido a senhora, como pedagoga que é, por exemplo, para conhecer as escolas, a conhecer como é monitorado. E com muita tranquilidade eu quero dizer a Vossa Excelência que a quem cabe, a quem tem a verdadeira autoridade



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

– com o Ministério Público, que eu estou me comunicando com eles, com a Polícia Civil –, a eles sim –, e com o devido sigilo que o caso requer – serão encaminhados, serão acompanhados. Agora, fazer disso um instrumento de política aqui é um ato de irresponsabilidade, é um ato de politicagem, com todas as letras. Portanto, aquele apelo que eu fiz naquele momento, no começo da sessão, eu já não mais faço esse apelo, eu já faço um alerta: não identifiquem a escola, não identifiquem a família, sob pena desse sofrimento perdurar para o resto da vida dessas crianças envolvidas, ou não. Eu não gostaria que um fato que acontecesse com meu filho fosse motivo de discussão política numa tribuna de uma Câmara de Vereadores, jamais. O que está acontecendo aqui é uma afronta direta ao direito das crianças, de maneira generalizada. É um crime, o que está acontecendo aqui. Essas crianças, se passaram ou não por esse tipo de, infelizmente, que há – os abusos existem, infelizmente; as exposições, elas infelizmente ainda existem. O senhor talvez tenha tido um lapso, vereador Odon, de dizer que não tenha sido tratado o nome da pessoa, mas aqui já foi falado de estupro, aqui já foi falado que foi na escola, já se identificou até onde é a escola, os pais. E essas crianças, que a gente tem que falar agora de maneira generalizada para que não sejam identificadas. Infelizmente, vereador Milanez, não é sofrimento ter um filho autista é uma bênção de Deus. O senhor tem bênçãos como filhos, eu também tenho, e aquelas que são autistas são bênçãos de Deus na família de quaisquer família que as receba. Não é um problema, pode ter certeza disso. E essas crianças têm que ser tratadas diferente. Talvez, essa discussão aqui tenha sido porque – não sei foi ou não, porque ninguém sabe ainda – foi numa escola pública. Se privada fosse, eu tenho certeza que esse debate não estava acontecendo aqui, porque os pais já teriam tomado alguma providência. Infelizmente, talvez – eu não sei, que eu não posso identificar, nem sei se foi na escola pública – essas pessoas não tenham a defesa à altura de impedir que nós, vereadores, tenhamos isso como matéria política aqui, de debater o cuidado, o zelo que a unidade pública de educação tenha para com os alunos. Mas convido a vereadora Jailma para conhecer todo monitoramento, toda a parte de cuidado, todo o zelo, como é tratado todas as escolas aqui de João Pessoa. Se tem algo que a gente pode ter orgulho nessa cidade, é da nossa rede pública de ensino, vereadora, e eu tenho muito orgulho de, junto a isso, ter contribuído para a implantação do melhor e maior sistema de monitoramento e controle de segurança pública nessas escolas. Só para a senhora ter ideia, até a alimentação, a merenda, ela é cuidada 24 horas por dia e monitorada pela nossa Secretaria de Segurança Pública. Portanto, tenha orgulho da cidade, da educação onde a senhora mora”.

Pela Ordem, a Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Primeiro, eu quero deixar claro que em nenhum momento eu citei nome de mãe, nome da criança, nome de escola. As informações que eu trouxe para o plenário estão na imprensa. Então não tem como inibir um debate desse na Casa, um debate que está na cidade, a gente vai se furtar disso enquanto uma criança e uma mãe estão tendo o seu direito violado? Tenho muito respeito pelos meus pares, está aí uma pauta que eu tenho zelo e responsabilidade, porque eu venho de uma escola pública, sou defensora de uma educação pública e de qualidade e inclusiva. A gente fala muito de inclusão, agora enquanto existem fatos sendo distorcidos. João trouxe mais informação aqui do processo do que eu tinha conhecimento, fiquei sabendo através dele, em plenário, então por muito menos eu disse que corria o risco de responder. Eu falo com muita tranquilidade, jamais usaria disso para qualquer palanque político. Estou fazendo isso em defesa de quem está lá na ponta e de quem mais precisa, porque na verdade as crianças precisam de acompanhamento psicológico e nem todo mundo tem acesso, porque terapia é caro, mas as nossas crianças precisam e principalmente essas que têm seu direito violado. Minha solidariedade vai para as famílias e para o Terceiro Setor que está junto fortalecendo quem mais precisa”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Pela Ordem, o Sr. vereador Milanez Neto disse: “Presidente, eu vou reiterar, se tem algo que eu não trato é com tranquilidade esse tema, e sabe por que nós estamos tratando do tema aqui? Porque estão tentando, numa tentativa vã, desacreditar o que aconteceu com a criança, e a gente acabou de assistir isso aqui na tribuna nesse momento, trazendo detalhes do que era sigiloso, mas com insinuações de que pode não ter sido como está sendo narrado pela imprensa. Por essas e outras informações, vereadora Jailma, eu não vejo com tranquilidade, eu vejo com tristeza, eu vejo com muita revolta e faço lembrar algo que é importante, eu sei o que eu tenho autoridade de fazer com o mandato que me foi conferido pelo povo. Eu sei a imunidade do que trato nessa tribuna e eu sei o dever que tenho para tratar os temas nessa Casa”.

Pela Ordem, o Sr. vereador João Almeida disse: “Presidente, se tem alguém aqui nessa Casa que começou a sessão pedindo para a gente ter muito cuidado com esse debate fui eu. Portanto, que fique registrado em ata: não trouxe, não trarei e vocês não terão acesso a dados sigilosos dessa situação. Então não trouxe, não trarei e quem está trazendo esse debate de politicagem aqui envolvendo esse caso tão grave nesse momento, infelizmente, é a oposição na pessoa do vereador Milanez Neto e na pessoa da vereadora Jailma. Eu entendo a preocupação, me aconchego a todas as grandes preocupações da vereadora Jailma, sou admirador de seu mandato, mas em algumas situações acima das emoções, acima das bandeiras, a gente tem que se moldar ao controle externo, se moldar à legislação e acima de tudo à exposição de famílias expostas a uma situação”.

O Sr. vereador Carlão pelo Bem disse: “O tema é delicado e a gente sabe que é sofrido falar sobre os acontecimentos que surgiram agora. Mas a gente acabou de testemunhar um pai, com a sua frieza, que assassinou o seu filho autista, sem nenhuma piedade, uma criança linda de doze anos. Isso foi na nossa cidade. A cidade ainda está tentando entender como pode um pai fazer uma maldade dessa com seu filho e ainda mais uma criança tão especial. Porque eu tenho certeza que lá na frente irão descobrir que autismo são dons. Mas a gente não pode esquecer que quando uma criança é autista, um dos seus direitos é um atendimento educacional especializado, é segurança, é maior proteção. Esse caso deixa a cidade perplexa. Eu entendo que a fala da secretária América em nada tem a ver em não se preocupar com esse caso, eu tenho certeza disso. Mas a Prefeitura de João Pessoa tem que ter responsabilidade sobre tudo, principalmente sobre os mais vulneráveis. Eles precisam de mais proteção. E a gente não pode jogar isso que aconteceu com essa família e esse sofrimento, porque é um sofrimento, como uma batalha política. Pelo amor de Deus, essa Casa, esse debate não pode vir para cá dessa maneira. Esses acontecimentos devem ser para mostrar que nós precisamos melhorar, proteger essa família e essa criança e as nossas crianças autistas, famílias, pais. Entender o que está acontecendo dentro do alunado, dentro de uma sala de aula. A gente não pode. E aí eu queria chamar o feito a ordem a esses dois lados que colocaram aqui as suas ideias. Vamos trazer uma política de proteção aqui para nossa cidade. Vamos falar sobre como a gente pode proteger as nossas crianças autistas, deficientes, normais, sem nenhum espectro, nossas crianças que têm problemas neurais, nossas crianças que estão passando por crises de depressão, famílias que estão sofrendo muito mais, os pais que têm seus filhos autistas, o quanto eles sofrem. São tantas coisas para nós nos preocuparmos. E eu saio daqui na certeza de que jamais irei trazer esse debate para uma disputa política, para mostrar quem errou e quem acertou. A gente tem que sair daqui reconhecendo se ouve erros e como fazer para não mais cometermos. Assim, a gente vai pensar na cidade de João Pessoa e nas nossas crianças”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

Não houve.

4 ENCERRAMENTO

Às 13h44, na presidência, o Sr. vereador João Bosco - Bosquinho declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2025.

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes
Presidente da Mesa

Vereador Marcos Henriques e Silva
Primeiro-Secretário